



FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE DESEMPENHO Nº 02

**Projeto Experiências Indígenas de Gestão Territorial e
Ambiental no Acre**

Comissão Pró-Índio do Acre

Período de Acompanhamento: 23/03/2019 a 28/03/2020

Data: 04/04/2020

APRESENTAÇÃO

Este é o **Segundo Relatório de Desempenho do Projeto “Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre”**, contratado no âmbito do Fundo Amazônia/BNDES - Chamada Pública para Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI¹. A Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) é a instituição responsável pela execução do Projeto, em parceria com 8 (oito) Associações de Terras Indígenas - Associação dos Kaxinawá do Rio Breu - AKARIB; Associação das Comunidades Indígenas Ashaninka da Terra Indígena do Rio Breu - AARIB; Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá - APROKAP; Associação Comunitária Shanenawa da Morada Nova - ACOSMO; Associação dos Povos Indígenas Shanenawa da Aldeia Shanekaya - SHANEKAYA; Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá do Rio Carapanã - ASKPA; Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni Kuĩ do Caucho - APACH; Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão - ASKARJ - e duas Organizações de Categoria Indígena: Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC e Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC.

O primeiro Relatório de Desempenho (RED 01) foi enviado ao BNDES /Fundo Amazônia em 27 de março de 2019 e registra as atividades realizadas entre 09 de agosto de 2018 e 22 de março de 2019 (referentes à execução de 72% da parcela 1). No entanto, a parcela 2 só foi liberada 4 meses depois do envio do RED 01. Dessa forma, o Relatório de Desempenho atual (RED 02) refere-se mais especificamente às atividades realizadas no âmbito do Projeto entre os dias 23 de março de 2019 e 30 de março de 2020 e presta conta não apenas da execução da parcela 2, equivalente a 65% dos recursos referentes, mas também da execução físico-financeira dos 28% restantes da Parcela 1, executados após o envio do RED 01.

O objetivo geral do Projeto é apoiar a implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) de 8 (oito) Terras Indígenas no Acre, onde vivem três povos indígenas: Kaxinawá (Huni Kuĩ), Asheninka e Shanenawá, promovendo a continuidade dos processos de formação e de atuação profissional de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs). Com o protagonismo dos AAFIs e suas comunidades, visa especificamente realizar cursos de formação, oficinas itinerantes e viagens de assessoria aos AAFIs, garantindo as ações de recuperação de áreas degradadas e a produção de alimentos saudáveis, por meio da implantação e manejo de Quintais e Sistemas Agroflorestais. Prevê também o manejo de recursos hídricos (captação de água da chuva), o manejo de resíduos sólidos, a vigilância e fiscalização dos territórios e a articulação e formação de comunidades do entorno.

Na transição da primeira para a segunda fase do Projeto, a CPI-Acre e o doador acordaram algumas mudanças no Quadro de Usos e Fontes do Projeto (conforme tabela abaixo), para adequá-lo melhor à dinâmica de relação entre certas estratégias, às demandas das Terras Indígenas e ao ordenamento de despesas. Como exemplo:

¹ O Contrato de Concessão de Colaboração Financeira não Reembolsável nº 18.2.0086.1 foi firmado em 14 de junho de 2018, entre BDNES e CPI-ACRE (instituição executora). Tem prazo de execução de 42 meses e colaboração financeira não reembolsável no valor de R\$ 5.823.061,00 (cinco milhões, oitocentos e vinte e três mil e sessenta e um reais). A primeira parcela do projeto, no valor de R\$ 1.051.738,22 (um milhão, cinquenta e um mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte dois centavos), foi liberada dois meses após o contrato assinado, em 09 de agosto de 2018. A segunda parcela foi liberada em duas etapas, a primeira em 29 de julho de 2019 (R\$ 450.000,00) e a segunda em 29 de agosto de 2019 (R\$ 1.344.426,60), totalizando o montante de R\$ 1.794.426,60 (um milhão, setecentos e noventa e quatro mil e vinte e seis reais e sessenta centavos).

- fortalecer relações existentes de fluxo direto entre certas estratégias, como “monitoramento e vigilância” e “articulação para proteção territorial”, reunindo as duas em uma única intervenção;
- facilitar o ordenamento de certas despesas (ex. separação dos recursos destinados a “equipe técnica”, que inicialmente estavam diluídos em “fortalecimento institucional” e “gestão do Projeto”);
- “Produtos/Serviços” (Fase 01) passaram a ser rotulados de “Intervenções” (Fase 02);
- revisão dos “Componentes” (Fase 1), que passaram a ser rotulados como “Territórios” (Fase 2). E a desvinculação dessa variável à divisão e ordenamento das despesas: na primeira fase, os produtos P4, P5 e P6 tinham vinculação mandatória a apenas 3 dos 5 territórios envolvidos diretamente com o Projeto. Esta mudança foi particularmente importante pois facilitou sobremaneira a realização dessas ações junto as outras Terras Indígenas, que inicialmente não eram por essas ações beneficiadas.

“Produtos/Serviços” (fase 01)²	“Intervenções” (fase 02)
P 1: Manejo de Sistemas e Quintais Agroflorestais	1. Manejo de Sistemas e Quintais Agroflorestais
P 2: Pontos de captação de água pluvial	2. Captação de água pluvial
P 3: Oficinas de gestão ambiental e territorial e manejo de resíduos sólidos	3. Oficinas de gestão territorial e ambiental e manejo de resíduos sólidos
P 7: Manejo de resíduos sólidos	
P 4: Ações de articulação para proteção territorial	4. Monitoramento, vigilância e articulação para proteção territorial
P 5: Monitoramento e vigilância	
P 6: Ações de articulação e formação com comunidades do entorno	5. Ações de articulação e formação com comunidades do entorno
P 9: Curso de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas	6. Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFIs)
P 8: Fortalecimento Institucional	7. Fortalecimento Institucional
P 10: Gestão do Projeto	8. Gestão do Projeto
	9. Equipe Técnica

² Na primeira coluna (primeira fase do Projeto), os produtos (P) não estão exatamente em ordem crescente, pois: foi privilegiada a ordem crescente da estrutura atual do Projeto, ou seja, a da segunda fase (segunda coluna) e; o critério de organização foi no sentido de demonstrar que, na segunda fase, alguns produtos se uniram em intervenções: P3 e P7 se tornaram intervenção 3; P4 e P5 se tornaram intervenção 4.

ÍNDICE

ATIVIDADES REALIZADAS.....	5
Intervenção 1. Manejo de Sistemas e Quintais Agroflorestais	
Intervenção 2. Captação de Água da Chuva	
Intervenção 3. Oficinas de Gestão Territorial e Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos	
Intervenção 4. Monitoramento, Vigilância e Articulação para Proteção Territorial	
Intervenção 5. Articulação e Formação do Entorno	
Intervenção 6. Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas – AAFIS	
Intervenção 7. Fortalecimento Institucional	
Intervenção 8. Gestão do Projeto	
Estratégia transversal: Governança e Controle Social Indígena do Projeto	
CENÁRIOS ADVERSOS.....	57
DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET	60
DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO.....	62

ATIVIDADES REALIZADAS

Nesta seção, estão descritas as atividades realizadas e resultados alcançados, os desafios enfrentados e o andamento da execução de metas estabelecidas, de acordo com as “intervenções” previstas. Além disso, estão destacadas as estratégias e atividades realizadas nos campos da “Governança e Controle Social Indígena” e da “Articulação com Políticas Públicas”.

As metas globais do Projeto e sua execução até o momento estão sintetizadas no Quadro Lógico de Monitoramento do Projeto e na Planilha sobre o “Percentual de Execução Física” (ambos em anexo a este Relatório).

Ao fim deste Relatório estão ainda registrados alguns cenários e riscos avaliados como adversos para o Projeto e as possibilidades de enfretamento vislumbradas até o momento.

Intervenção 1. Manejo de Sistemas e Quintais Agroflorestais

O manejo, a ampliação e o enriquecimento de áreas de plantio agroflorestal ganharam impulso significativo durante a segunda fase do Projeto, através de ações de formação e assessoria que fortaleceram a mobilização comunitária, o debate e as práticas de plantios. Isto se deu através principalmente das seguintes atividades:

- a) Implementação de plantios, de posse dos insumos necessários, aproveitando a estação chuvosa de novembro de 2019 a março de 2020;
- b) realização de duas viagens de assessoria a 5 Terras Indígenas (TI), completando assim a primeira rodada de **viagens de assessoria a todas as 8 TIs envolvidas no Projeto**. A realização de uma das viagens (às 3 TIs Kaxinawa do Jordão) durante a estação chuvosa, também foi um fator importante para a realização de plantios;
- c) realização de mais duas Oficinas de Gestão Territorial e Ambiental (GTA), de um total de cinco oficinas previstas Projeto³, onde foi possível igualmente discutir práticas de manejo, distribuir ferramentas e fazer o monitoramento das áreas e plantios realizados;
- d) planejamento junto aos consultores indígenas para a realização de monitoramento sistemático das áreas de plantio.
- e) através das ações “b”, “c” e “d”, foram intensificados os **levantamentos e sistematizações referentes aos plantios** nas Terras Indígenas, tanto os plantios históricos, ou seja, em implementação desde 1996 (quando inicia a formação de AAFIs); como dos plantios realizados na vigência do Projeto, incluindo tanto enriquecimento e manejo de áreas previamente existentes, como também ampliações de plantios para novas áreas;
- f) **aquisição em bloco de equipamentos e ferramentas** para manejo das áreas nas oito Terras Indígenas.

³ Oficinas de Gestão Territorial e Ambiental já realizadas: 1. TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu; 2. TI Katukina/Kaxinawa; 3. TIs Kaxinawa do Rio Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e Kaxinawa do Seringal Independência

VIAGENS DE ACESSORIA AOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS

Em dezenove meses de Projeto (ago/2018 a mar/2020), foi completada a primeira rodada de viagens de assessoria, em todas as 8 (oito) Terras Indígenas beneficiárias.

Na primeira fase do Projeto (ago/2018 a mar/2019), foram assessoradas as comunidades e AAFIs das seguintes Terras:

- TI Kaxinawa do Igarapé do Caucho (2018 – RED 01)
- TI Katukina/Kaxinawa (2018 – RED 01)
- TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu (mês/2019 – RED 01)

A primeira rodada de viagens de assessoria, em geral, teve organização mais “simplificada”, levando-se uma quantidade mínima de ferramentas para as aldeias, dada a fase inicial de avaliação e atualização de cenários. Por outro lado, como parte das viagens ocorreu em períodos de estiagem, também não foram levadas quantidades excessivas de sementes e mudas. Em compensação, os AAFIs receberam quantidades significativas de sementes nos dois cursos realizados – XXV e XXVI Curso de Formação dos AAFIs - e foi muito estimulada a coleta e produção local de sementes e mudas, respectivamente.

Entre abril e julho de 2019, a CPI-Acre viu-se obrigada a conter a realização de diversas ações do Projeto, diante da insegurança sobre a data em que a segunda parcela seria, de fato, disponibilizada pelo doador. Quando a parcela foi finalmente liberada, em julho/agosto de 2019, organizou-se uma força-tarefa para dar conta das ações que estavam estancadas, incluindo o XXVI Curso de Formação de AAFIs (out/nov 2019). E, da mesma forma, foram realizadas as seguintes viagens de assessoria:

- TI Kaxinawa da Praia do Carapanã e TI Kampa do Primavera (set/out2019 – RED 02)
- TIs Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Seringal Independência e Rio Jordão (nov/dez2019 – RED 02).

De uma forma geral, as principais temáticas e atividades realizadas nas viagens de assessorias são:

- Apoio à formação e avaliação somativa do trabalho dos AAFIs;
- Manejo, enriquecimento e ampliação das áreas de agrofloresta (em SAFs, quintais, roçados, mata ciliar...); disponibilização de insumos para o trabalho, como sementes e ferramentas; construção de viveiros, sementeiras e hortas orgânicas;
- Monitoramento das áreas de plantios agroflorestais, com mutirões para levantamentos de plantios históricos e/ou realizados na vigência do Projeto;
- Avaliação da situação dos resíduos sólidos e de acesso a recursos hídricos, bem como estratégias e desafios para o manejo respectivo;
- Apresentação da proposta de instalação de pontos de captação de água da chuva e definições preliminares sobre o tema;
- Abordar o tema do manejo de resíduos sólidos por meio de ações educacionais, e apoiar a conscientização e mobilização para formas de destinação adequada;
- Discussão sobre os avanços e desafios do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena (TI);

- Levantar e discutir aspectos relacionados ao status de proteção da Terra Indígena às ameaças do entorno;
- Estimular a participação das comunidades do entorno da TI durante certas atividades da assessoria, particularmente manejo de SAFs e proteção territorial.

OBS. importante sublinhar que até recentemente (1ª. quinzena mar/2020) estava mantido o planejamento para dar início à segunda rodada de viagens assessoria, que iria começar pelas TI Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu, TI Katukina/Kaxinawa e TI Kaxinawa do Igarapé do Caucho. No entanto, com a confirmação dos primeiros casos de coronavírus no Estado do Acre (17/03), todas as ações tiveram que ser forçosamente suspensas.

1. TI Kaxinawa da Praia do Carapanã

A TI Kaxinawá da Praia do Carapanã está localizada no Rio Tarauacá, entre os municípios do Jordão e de Tarauacá. Tem uma área total de 60.698 hectares, fazendo limite com a Resex Alto Tarauacá, um assentamento, com a TI Kampa do Igarapé Primavera e fazendas. A aldeia mais próxima do município de Tarauacá fica a cerca de um dia e a mais distante a dois de viagem, em motor de rabeta. A Terra Indígena foi demarcada em 2000, tendo como principal liderança e fundador o Sr. Jorge Lemos Kaxinawá, antigo morador da região, quando a área era ainda um grande seringal (CPI-Acre, 2013). Atualmente são 643 moradores, distribuídos entre nove aldeias e mais três grupos locais.

Viagem de assessoria à TI Kaxinawa da Praia do Carapanã

Data: 16 de setembro a 02 de outubro de 2019

Aldeias assessoradas: 4 - Mucuripe; Carapanã; Cocameira; Segredo do Artesão

Aldeias visitadas: 3 - Povo Junto; Nova Vida; Água Viva

Beneficiários diretos: 243 pessoas - 39 homens e 104 mulheres

Beneficiário indiretos: 545 (população das 7 aldeias)

Participantes do entorno: 3 homens

AAFI's participantes: 10

AAFI em intercâmbio: Cleir Muniz - TI Nukini (Mâncio Lima)

Parcerias: CPI-Acre, Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da Praia do Carapanã (ASKAPA) e a AMAAIAC.

O planejamento da viagem contou com a assessoria de Amiraldo Sereno Kaxinawa, AAFI e consultor indígena do Projeto com grande experiência profissional. Amiraldo participou ainda de toda a atividade, estando junto com a assessora da CPI-Acre (Paula Romualdo) em todas as aldeias, desempenhando papel estratégico como assessor técnico, e na mediação e mobilização das

atividades. Na modalidade de Intercâmbio⁴, o AAFI Cleir Muniz (TI Nukini) também participou da assessoria, prestando igualmente significativa contribuição como assessor e compartilhando sua experiência e sobre a realidade de sua Terra Indígena.

A assessoria permitiu um melhor acompanhamento do trabalho realizado pelos AAFIs com suas comunidades, evidenciando ações protagonizadas por eles na gestão territorial e ambiental da TI. Com quatro agroflorestais já formados e mais três em cursos de formação, observamos que a formação junto a CPI-Acre tem fortalecido experiências interessantes na Terra Indígena. Os AAFIs Amiraldo e Edmilson relataram por exemplo que antigamente suas aldeias tinham muito pasto e, hoje, são as que mais se destacam com os plantios agroflorestais, ao lado da aldeia Mucuripe.

1.1. SAFs e Quintais

Os dados históricos sobre os plantios nestas sete aldeias apontam no mesmo sentido:

- 19,3 hectares de plantios agroflorestais
- 14.666 pés plantados no total de 128 espécies/variedades diferentes, sendo:
- 11.098 pés de frutíferas, de 65 espécies diferentes
- 1.465 pés de outras categorias

Atividades realizadas durante a viagem de assessoria à TI Praia do Carapanã:

Área SAF Enriquecido (ha)	0,5 ha
Área SAF implantado (ha)	0
Quantidade mudas/sementes plantadas	10
Diversidade de frutíferas plantadas	4
Quantidade de Mudas produzidas	27

1.2. Resíduos Sólidos e Recursos Hídricos

A TI Praia do Carapanã fica entre dois municípios, Tarauacá e Jordão, o que acarreta grande poluição das águas do rio Tarauacá, principal rio de abastecimento e deslocamento das comunidades. Apesar da existência de cacimbas e igarapés, estes não suprem adequadamente as necessidades gerais e a água do rio eventualmente também é utilizada.

⁴ O Intercâmbio é uma das modalidades integrante da formação dos agentes agroflorestais indígenas, assim como por exemplo os cursos intensivos de formação, as assessorias e as oficinas de gestão territorial e ambiental. São viagens e visitas a outras Terras Indígenas para trocar e adquirir novas práticas e conhecimentos técnicos e culturais no estado, ou em outras regiões do Brasil, e mesmo fora do país, em que se desenvolvem projetos afins, dentro de uma proposta de Conhecimento em Rede. Estas visitas são sistematicamente registradas em relatórios, com as observações aguçadas dos agentes, numa perspectiva de identificar as analogias e as diferenças entre sua realidade e a realidades observadas. Outros intercâmbios são proporcionados pela participação em Fóruns e Seminários sobre temas de estudo em nível regional, nacional e internacional e durante visitas a projetos com temas relacionados aos trabalhos e estudos dos AAFIs.

O rio já está contaminado. Estamos entre dois municípios e com certeza o esgoto do Jordão desce pelo rio. Lá já tem hospital. Recentemente teve uma diarreia forte e morreu um menino por conta disso.

AIS - agente indígena de saúde - Antonio de Lima Kaxinawa

Falando da questão da água na comunidade, têm vários problemas. Primeiro o que mais nos preocupa é a saúde. Sempre quando há mudança de estação, acontece muita diarreia, vômito e outras doenças que não posso mencionar. No verão é menos doenças, mas a água que temos na aldeia acaba, e a gente fica com a água do rio. Já o rio sabemos, moramos entre dois municípios, água contaminada e não é boa pro consumo. Mesmo tratando a água para tirar bactérias, acreditamos que não é só bactéria que faz mal. Temos muita preocupação com as crianças que vão tomar banho no rio, porque não sabemos o que tem no rio, mesmo sendo um rio tranquilo, não dá pra confiar. Isso no verão. Quando chega o inverno, onde dá muitas enchentes, repiquetes, quando o rio é nossa única fonte de água. Todo mundo vai lavar roupa, tomar banho, crianças brincam e tem a dificuldade de carregar água, que durante o inverno chove muito, tudo fica alagado, fica lama e quem sofre são as mulheres. Então temos essas dificuldades.

Professor e liderança Gilson de Lima Kaxinawa

De acordo com o Relatório da assessora Paula Romualdo, “boa parte das doenças relatadas são em decorrência da falta de acesso à água de qualidade, além de ser um trabalho que exige grande sacrifício das mulheres.”

“Durante a assessoria e visita às aldeias, foi verificada uma situação bem variada de acesso à água pelas famílias e uma unanimidade em relação a uma demanda que carece de atenção e urgência. Algumas aldeias⁵ tem poços artesianos furados, demandando atualmente apenas uma bomba d’água para tornarem-se viáveis. O custo de perfuração de um poço artesiano é elevado e, no entanto, é bem comum a descontinuidade dessas iniciativas. Por outro lado, na existência de um motor, o uso de combustíveis tem peso financeiro significativo para as famílias. Na aldeia Mucuripe há relatos de que anteriormente a bomba era movida a energia solar, o que seria uma alternativa mais sustentável, econômica e financeira, de proporcionar maior aproveitamento destes poços”.

“Durante a assessoria, não foram levantados os locais onde serão instalados os pontos de captação de água de chuva, já que o presidente da associação Bené e nem todos os representantes de todas as aldeias estiveram presentes. No entanto, a assessoria permitiu uma avaliação/diagnóstico preliminar sobre a situação da água nas aldeias visitadas. A próxima viagem de assessoria ou a oficina de GTA previstas, serão momentos adequados para a definição dos pontos. Por outro lado, se for avaliada como estratégia adequada, o próprio consultor indígena do Projeto, em parceria com outros AAFIs e lideranças, e principalmente no diálogo com as mulheres, poderá reunir-se em prazo mais curto com as aldeias, para definir as prioridades de instalação.” (Relatório Técnico da Viagem de Assessoria à TI Kaxinawa da Praia do Carapanã - Paula Romualdo, 2019).

1.3. Proteção Territorial e Articulação com o Entorno

Durante a assessoria, foram mapeadas áreas de invasão e ameaças principais, sistematizadas na tabela abaixo. Esta atividade contou com a participação de três vizinhos do entorno, moradores do “Seringal Minas”⁶ (Francisco Machado, Antônio Roque da Silva e José Costa da Chaga).

⁵ Aldeia Povo Junto, Cocameira e Água Viva possuem poço artesiano sem bomba d’água. Aldeias Mucuripe e Carapanã possuem chafariz, apenas Mucuripe funcionando.

⁶ Segundo relatos dos próprios moradores do entorno, eles moram dentro de uma área particular, cedida em usufruto pela proprietária. A assessoria teve dificuldades em obter maiores informações sobre a situação fundiária desta área.

Mucuripe	Carapanã	Segredo do Artesão
Igarapé Laranjeira até o Igarapé Pau seco: caçada de moradores da RESEX Alto Tarauacá	Todas as praias próximas da aldeia sofrem com retiradas de desova de quelônios	Foi encontrada armadilha no Igarapé Ponte de Murmuru
Igarapé Paranazinho até Igarapé Zé Braz: caçada de moradores da RESEX Alto Tarauacá	Invasão de caça desde o Igarapé Chico Pereira até o Igarapé Paranazinho	Caçada com cachorro desde o Igarapé Ingá até o Igarapé do Jabuti
Impacto do entorno com grandes fazendas desmatadas, com áreas de pastagem, tornando escassa a caça na TI		Caçada com cachorro desde o Igarapé Cariú até o Igarapé do Barreiro
Nesses igarapés mencionados acima, os moradores não indígenas fazem tapiris do lado de seus territórios, mas atravessam os igarapés e caçam já dentro da TI		
Ao longo do Rio Tarauacá, desde da aldeia Mucuripe até o Povo Junto, muita pescaria e retirada de desova de quelônios nas praias		

Após o almoço às 2:00 horas da tarde, nos retornamos para a atividade dentro do shubuã. Isso os companheiros vizinhos do entorno também estiveram presentes participando desta reunião. O senhor Amiraldo fez a abertura falando sobre o manejo dos recursos naturais, como fauna e flora e também falou da invasão do entorno dentro da TI. Após a abertura do senhor Amiraldo, a assessora Paula Lima (Ayani), informou sobre o PGTA da TI Carapanã, que são os acordos da comunidade para uso, manejo e conservação dos recursos naturais. E também instrumento político para conquistar parcerias.

Ela também ainda falou sobre a Constituição Federal de 1988 e Convenção 169, de consulta livre. Após esta informação, foi apresentado o mapa da TI, aonde está tendo invasão na área. Isso foi a atividade de hoje. Encerramos a reunião às 5 horas da tarde e fomos brincar de Kaxĩ Ika.

Então essa atividade de hoje eu achei muito importante, aonde a assessora Paula Lima falou perante os vizinhos do entorno sobre o PGTA. Principalmente sobre o manejo da fauna e flora e a nossa cultura, nossa língua Hãtxa Kuĩ. E também sobre a invasão do entorno. Por isso os companheiros do entorno têm o dever de respeitar a nossa área e entender como somos povos conservadores da floresta.

Com a força da assessoria eu agradeço a equipe pedindo aos órgãos federais que ajudem a nós defender a nossa TI. Sobre a invasão do nosso território, queremos valorizar e defender cada vez mais a nossa natureza, nossa floresta, nossa Terra Indígena. Haux haux !

Texto do professor Manoel de Jesus Kaxinawá

1.4. Outras demandas registradas

Algumas demandas e indicativos colhidos seriam a perspectiva de trabalhar junto a juventude, muito interessada atualmente na confecção de instrumentos musicais, mais precisamente tambores, relacionadas as festas e rituais locais. O trabalho com a juventude torna-se necessário também diante de depoimentos de que ilícitos, como roubos e furtos, vêm aumentando nas aldeias (da mesma forma que em outras TIS mais próximas às sedes dos municípios), segundo muitos relatos dos indígenas durante a assessoria.

Outra demanda fortemente demarcada em todas as aldeias refere-se ao apoio para reabertura das picadas que demarcam o limite físico da Terra Indígena, acompanhada de ações de vigilância e monitoramento territorial.

Na aldeia Água Viva foi registrada a demanda pela aquisição de uma despulpadora e um freezer para congelamento de polpas, seguindo com a proposta de beneficiamento da produção excedente.

2. TI Kampa do Igarapé Primavera

A TI Kampa do Igarapé Primavera foi demarcada em 2004, tem uma extensão territorial de 21.987 hectares e é parte do antigo seringal São Luiz. Do outro lado do rio Tarauacá está localizada a Fazenda Baixa Verde, antigo Seringal Redenção. A TI está localizada nas margens do Rio Tarauacá, município de Tarauacá, situada acima da última aldeia da TI Kaxinawá da Praia do Carapanã. Atualmente conta com 40 moradores distribuídos entre a aldeia Primavera e mais dois grupos locais.

Viagem de Assessoria à TI Kampa do Igarapé Primavera

Data: 12 a 14 de setembro de 2019

Aldeias assessoradas: 1 (só existe uma aldeia na TI)

Beneficiários diretos: 16 homens e 9 mulheres

Beneficiários indiretos: 40 (população total da TI, incluindo uma aldeia e dois grupos)

AAFI's participantes: 1 (só existe um AAFI na TI)

AAFI em intercâmbio: Cleir Muniz (TI Nukini) e Amiraldo Sereno (TI KAXinawa da Praia do Carapanã).

Parceria: CPI-Acre, lideranças locais e a AMAAIAC (a TI ainda não tem associação legalizada).

Mais da metade da população da Terra Indígena participou da assessoria (23 moradores locais, sendo 9 mulheres e 13 estudantes), nos 4 dias de trabalho, entre momentos de teoria e prática. Foram bastante discutidas temáticas como proteção territorial, ameaças externas ao território, segurança alimentar, manejo agroflorestal, manejo de resíduos sólidos e recursos hídricos, indicativos para a instalação dos sistemas de captação de água da chuva, criação de animais domésticos. Assim, foram abordados alguns indicativos do Plano de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA da TI e entendimentos locais. A presença de dois AAFIs em intercâmbio permitiu também o compartilhamento de experiências de outras TIs.

2.1. SAFs e Quintais

“O AAFI Fernando Kampa se destacou, apresentando viveiro de mudas e sementeira em produção, além de um SAF de 2.5 hectares e roçados tradicionais. A assessoria averiguou ainda que Fernando plantou muitas espécies de frutíferas, desde quando começou seu trabalho como AAFI (2013). Dentre as espécies em produção destacam-se: caju, goiaba, ingá, laranja, manga, lima, graviola, biorana, azeitona, fruta pão, jambo, cacau, pupunha, biribá, abacaxi, melancia, etc. (Relatório Técnico de Viagem de Assessoria à TI Kampa do Igarapé Primavera. Paula Romualdo, 2019)”.

Durante assessoria na aldeia Primavera:

- Construção de viveiro.
- 05 ha de SAF enriquecido: 28 mudas de cacau
- *Sementes entregues na assessoria:*
 - 1 kg buriti
 - 1 kg bacaba
 - 1 kg cacau

2.2. Resíduos Sólidos e Recursos Hídricos

A água para consumo é retirada de uma cacimba, que atende a maioria dos moradores na aldeia Primavera, não sendo suficiente para atender a demanda, já que “esgota” a água rapidamente. A população da aldeia cria muitos porcos e por mais que a cacimba esteja parcialmente cercada, os animais têm acesso aos seus arredores. A família do AAFI utiliza também a água do igarapé para consumo e demais afazeres.

Eu já participei de três Cursos de Formação de AAFIs lá em Rio Branco para discutir isso aí, como é o Projeto. Disseram que iam aprovar essa captação de chuva e eu passei a mensagem pra minha comunidade. Muita gente não acreditava, achava que ia ser conversa, que não ia chegar, porque fazia tempo que estávamos esperando e nada. Porque essa captação de chuva ajuda muito. A cacimba que a gente tem é boa, mas às vezes corre água da chuva para cacimba com água contaminada, então eu gostaria de fazer essa captação de chuva para melhorar a nossa vida porque água é principal na vida, para a saúde nossa.

A minha família usa mesmo é a água do igarapé. Está bom porque o igarapé tem bastante água, fica perto e as crianças tomam banho lá. Diferente da cacimba que, se juntar sabão, já estraga a água. No igarapé a água é corrente, ajuda a não contaminar e se quiser beber pode também.

AAFI Fernando Kampa

Na parte da tarde a professora e assessora Paula discutiu junto com a gente sobre o manejo de resíduos sólidos, ou seja, como cuidar do lixo. Antes de iniciar tivemos a abertura cultural e o Kapapixta foi escolhido para cantar uma música. Em sequência o Francisco Marcelino Pathentsi, Ashaninka da Apiwtxa, também participou, cantou uma música fazendo a abertura cultural. Foi muito legal ouvir essas cantorias, eu acho que todos gostaram.

Em seguida a professora explicou sobre lixo orgânico, lixo não orgânico e lixo tóxico. Explicou bastante e deixou bem claro como devemos cuidar de cada tipo de lixo. Após isso fomos trabalhar na construção de cinco placas para fazer as seguintes frases: lixo orgânico, lixo não orgânico, lixo tóxico, não jogue lixo no chão e cuide bem da água. Então essas foram as 5 frases escritas nas placas....

Por fim a professora debateu junto a nós falando sobre o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Kampa do Igarapé Primavera. Que era o acordo da comunidade para o uso, manejo e conservação dos recursos naturais e articulação política para criar parcerias para fortalecimento de projetos. Ela leu as partes principais, explicou e fez algumas perguntas, o que mudou de lá [do tempo da oficina] até aqui. Respondemos todas as suas perguntas de acordo com a realidade da nossa aldeia. Enfim essa foi a aula de manhã do dia 13 de setembro de 2019.

Texto do aluno Francisco das Chagas de Oliveira Kampa- Wayonga

2.3. Proteção territorial e articulação com órgãos competentes

Os problemas de invasão já preocupam a comunidade há bastante tempo. No entanto, a situação vem agravando e recentemente e a comunidade vem percebendo um aumento na sensação de impunidade, por parte dos invasores, com relatos como *“não tem mais isso de multas, vamos invadir mesmo”*.

Para os moradores da aldeia Primavera, a invasão de seu território é hoje a principal dificuldade desta TI. Relatam que vários pontos do entorno sofrem com o problema: retirada ilegal de madeira, caçadas com cachorro, pesca nos igarapés e uso de malhadeiras que dificultam piracemas.

Em resposta às lideranças, a assessoria da CPI-Acre deu suporte ao encaminhamento de denúncias de invasão territorial à Funai, como um esforço de aproximação e cobrança ao órgão competente, por ações de fiscalização. Foi mobilizada assim uma reunião com a Funai (18/11/2019), aproveitando a presença do AAFI em Rio Branco, para o XXVI Curso de Formação.

Em seguida apresenta-se a síntese de tais denúncias, apresentadas na reunião acima citada, referentes ao mapa de invasões da TI, com os locais de invasão identificados pelos moradores durante a assessoria:

1. O entorno da Terra Indígena sofre grande pressão por parte de madeireiros e caçadores. As lideranças relataram que especificamente no limite com a Reserva Extrativista Alto Tarauacá, há um varadouro onde moradores vão caçar e pescar no Igarapé Boi. Há uma varação que entra dentro da TI, onde fizeram um acampamento no igarapé Bregueço, invadindo com cachorro para matar caças e em seguida comercializar no Jordão.
2. No Igarapé Timbaúba também ocorre muita invasão de caçadores e pescadores, que se deslocam de Tarauacá para esta Terra Indígena.
3. Retirada de madeira para comercialização nos municípios de Jordão e Tarauacá e caçada com cachorro. *“No dia 2 junho, eu vi ele passando com o cachorro pra caçar e no dia 17 junho, eu vi outros tirando madeira pra vender pra um conhecido”*, segundo relato de Fernando Kampa que ainda abordou os indivíduos e questionou o que estavam fazendo, estes responderam que estavam retirando madeira (bálsamo) há alguns dias.
4. Mapimbu que é morador da Reserva é um dos suspeitos da retirada de madeira: *“Vimos ele caçando dentro da nossa Terra, vimos ele em junho tirando madeira pra ir vender no Jordão,*

eles fazem canoa com a madeira tirada de dentro da Terra Indígena” relata o AIS João Paulo Kampa.

5. *“Algumas pessoas da comunidade São Luiz entram pelos fundos da nossa Terra, então eles estão acabando com nossas caças”* relata João Paulo.
6. Presença da Funai na região. *“Faz tempo que a Funai não vem aqui na Terra Indígena, em 2016 ou 2017 que eles passaram por aqui, muito rápido. Mas eles estavam indo para uma ação no Jordão. Então a gente quer a presença ou uma ação da Funai em nossa Terra, estamos esquecidos e tendo nossa Terra invadida cada dia mais”* relata liderança Raimundo Kampa.
7. Solicitamos apoio para a reabertura das picadas e colocação de placas de identificação da FUNAI, que não existe no limite da Terra Indígena.
8. *“Com esses pontos, queremos encaminhar esse documento para as CR-Purus e CR-Juruá para terem ciência das ocorrências de invasão e cobrança de ações de fiscalização”*, relata Fernando Kampa.

3. Terras Indígenas Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, Rio Jordão e Seringal Independência

A Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão é formada por 24 aldeias, com uma população de 1.896 pessoas, composta por 400 famílias. As aldeias encontram-se localizadas na cabeceira do rio Jordão, afluente do rio Tarauacá. Seu acesso é fluvial, o deslocamento da sede municipal (Jordão) até a primeira aldeia tem duração de duas horas. A TI faz limites com as TIs Alto Tarauacá, Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, com a RESEX do Alto Rio Juruá e ainda uma linha de fronteira com o Peru.

A Terra Indígena Kaxinawá do Baixo Rio Jordão é formada por 08 aldeias, fazendo limites com as Terras Indígenas Kaxinawá do Jordão, Seringal Independência e as Reservas Extrativistas do Alto Juruá e Alto Tarauacá. Seu acesso é fluvial, o deslocamento da sede municipal até a primeira aldeia tem duração de uma hora. Atualmente moram 134 famílias formadas por 664 pessoas.

A Terra Indígena Kaxinawá do Seringal Independência foi adquirida pela Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ) como estratégia de ampliação do território. Em 2001 os Huni Kuĩ protagonizaram a autodemarcação com a presença de lideranças e agentes agroflorestais Indígenas onde foram plantados marcos vivos, com espécies de castanheira e açazeiro. Fazendo limites com a Terra Indígena Kaxinawá do Jordão. Seu acesso é fluvial, o deslocamento da sede municipal até a primeira aldeia tem duração de uma hora. Atualmente é formada por 04 aldeias, com uma população de 415 pessoas e 67 famílias.

Em 2005 foi realizado o etnomapeamento das três TIs, cujo resultado foi a elaboração da primeira versão do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Entre 2010 e 2011, o PGTA foi atualizado e em 2013 foi publicado pelo Programa de Gestão Territorial e Ambiental da CPI/ Acre.

(Relatório Técnico da II Oficina de Gestão Territorial e Ambiental das Áreas Naturais Protegidas do município do Jordão. Estevão Ribeiro, 2019)

Viagem de Assessoria às TIs Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, Rio Jordão e Seringal Independência

Data: 21 de novembro a 21 de dezembro de 2019

Aldeias assessoradas: 7 ⁷

Aldeias visitadas: 15 ⁸

Beneficiários diretos: 178 (127 homens e 51 mulheres)

Beneficiário indiretos: 761 (população das aldeias assessoradas)

AAFI participantes: 38

AAFI em intercâmbio: João Rodrigues Kaxinawa, TI Kaxinawa da Praia do Carapanã

Parcerias: CPI-Acre, ASKARJ e AMAAIAC.

3.1. SAFs e Quintais

As três Terras Kaxinawa do Jordão possuem SAFs e quintais agroflorestais com espécies bem desenvolvidas e estabelecidas, são áreas grandes, principalmente no Alto Jordão. No levantamento foi encontrado um total de 76 espécies diferentes, das quais a maioria é usada na alimentação. Um destaque para o plantio em grande quantidade de espécies como abacate (452 pés), abacaxi (641), manga (670), cítricos somam 689 unidades (limões, laranja, tangerina, lima), jambo (213), ingá de metro (248), amora (127), cupuaçu (269), graviola (190), caju (146) e açaí solteiro (166) . Também vale destacar a grande quantidade de espécies medicinais nos quintais e a presença do cipó e da rainha compoendo os sistemas.

Nesses sistemas ainda há espaço para enriquecimento, como apontou o diagnóstico realizado juntamente com os AAFIs e comunidade, com espécies como açaí touceira, ouricuri, cacau, acerola, buriti (principalmente para recomposição de mata ciliar), coco, etc. Foi destacada a necessidade de trabalhar o manejo da sombra, realizando podas mais regulares e atentando para o espaçamento à hora de plantar.

(Relatório Técnico da Viagem de Assessoria às TIs Kaxinawa do Jordão. Josy Pinheiro, 2019)

Levantamento dos plantios (histórico acumulado):

Os dados abaixo são apenas ilustrativos em relação ao total das 35 aldeias nas três TIs do Jordão. O monitoramento realizado no próximo período com apoio dos consultores indígenas trará um cenário bem mais realista em relação a grande quantidade de plantios existente.

Aldeia⁹	Áreas de plantio	Indivíduos plantados	Diversidade	Área (ha)
Pão Sagrado	14	4.001	59	17,04

⁷ Aldeias assessoradas: Pão Sagrado; Bari; Boa Esperança; Astro Luminoso; São Joaquim; Mae Bena; Nova União

⁸ Aldeias Visitadas: Novo Lugar; Novo Segredo; Belo Monte; Chico Curumim; Novo Natal; Verde Floresta; Bom Jesus; Nova Fortaleza; Nova Aliança; Três Fazendas; Nova Empresa; Nova Cachoeira; Morada Nova; Nova Extrema; Aldeia Flor da Mata

⁹ Nas aldeias São Joaquim e Astro Luminoso os dados apresentados não incluem todas os quintais das aldeias. Na São Joaquim não foi possível concluir o levantamento devido à chuva. No Astro Luminoso o AAFI organizou para que cada morador entregasse o levantamento do seu quintal (alguns não entregaram até o final do trabalho).

Aldeia ⁹	Áreas de plantio	Indivíduos plantados	Diversidade	Área (ha)
Bari	9	9.886	36	16,41
Boa Esperança	10	11.661	76	7,16
Astro Luminoso	10	2.077	40	3,60
São Joaquim	8	767	69	2,58
Nova União	14	1.314	55	5,04
	64 áreas	29.706 pés		51,83 ha

Manejo de Agrofloresta durante a viagem de assessoria, em 6 aldeias:

- enriquecimento de plantios: 0,18 ha
- implantação de plantios: 9,6 hectares, sendo 0,1 ha na Resex Alto Tarauacá
- número de pés plantados durante assessoria: 1.331 pés, sendo 30 pés na Resex Alto Tarauacá (durante a oficina) (mudas/semeio direto), de 14 variedades
- número de mudas produzidas: 3.413, de 6 variedades

Manejo realizado pelos AAFIs em 2018/2019, com suporte de insumos do Projeto e do CFPF (8 aldeias):

- 1.771 pés plantados
- 22 espécies - abacate, açaí solteiro, açaí touceira, acerola, ananás/abacaxi, biriba, buriti, cacau, café, caju, castanha, cupuaçu, graviola, ingá de metro, jaca, jambo amarelo, jambo roxo, laranja, manga, manguita, murmuru, oricuri, pimentão e tangerina
- Área total manejada: 11,08 hectares, sendo destes: 6,4 ha de implantação e 4,68 ha enriquecimento

Mudas produzidas:

- 2.930 mudas (sendo 2.260 - açaí touceira)
- 8 variedades - abacaba, abacate, açaí touceira, buriti, graviola, laranja, manguita e tangerina

3.2. Resíduos Sólidos e Recursos Hídricos

(Relatório Técnico da Viagem de Assessoria às TIs Kaxinawa do Jordão. Josy Pinheiro, 2019)

Aproveitando a presença dos agroflorestais e de representantes de várias aldeias, principalmente durante as assessorias nas aldeias da Terra Indígena Kaxinawa do Rio Jordão, foi discutido como estava a situação na terra indígena quanto a implementação do Plano de Gestão Territorial e Ambiental para alguns temas, como madeira de lei, criação de animais, rio (qualidade da água), lixo não orgânico, mata ciliar, caça, pesca e piracema. As discussões eram realizadas em língua indígena, com momento para que os representantes de cada aldeia pudessem relatar a situação local para cada tema. O consultor do projeto, Josias Mana, foi o responsável por mediar as discussões nas aldeias Pão Sagrado e Bari.

Sobre a água, foram apontados os principais locais de coleta de água para beber e para cozinhar: igarapé, cacimbas, olho d'água e também, em menor quantidade, poços. Antes, também consumiam bastante a água do rio, mas agora citam que está muito contaminada. Mesmo assim, algumas aldeias ainda necessitam utilizá-la, por falta de alternativa.

Principalmente na TI Kaxinawa do Baixo Jordão, várias fontes de água secam no verão e eles precisam buscar na RESEX água para beber, cozinhar, etc. Na TI Kaxinawa do Seringal Independência, as aldeias com maior dificuldade de acesso a água são Mae Bena e Nova União.

A aldeia Altamira (TI Kaxinawa do Seringal Independência) já possui sistema de captação de água de chuva instalada em três casas e contam com um poço. Também estão executando o projeto "Lixo Zero" (Amazônia Limpa). Na TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, a aldeia Nova Cachoeira teve um sistema simples implantado, mas está desativado por falta de manutenção. Entre os apontamentos, sugeriu-se neste caso pensar os ajustes para o sistema voltar a funcionar.

Para a Terra Indígena Kaxinawa do Rio Jordão, foram destacadas como enfrentando mais problemas quanto ao acesso a água as aldeias Pão Sagrado, Nova Aliança e Astro Luminoso, onde a água potável fica muito longe na aldeia.

A situação de não ter cacimba próxima das casas se repete em outras aldeias da TI. Algumas aldeias apresentam maior dificuldade que outras no acesso a água, pela distância das nascentes, dos igarapés, etc. ou pelo caráter estacional das fontes. Porém, dentro das aldeias, é geral a ocorrência de variação na situação de acesso de cada família. No diagnóstico, destacaram as aldeias onde a falta de acesso é geral para a aldeia, mas em quase todas as aldeias há dificuldades relatadas e o interesse por receber a oficina.

Os cuidados com a água para beber são principalmente filtrar e clorar. Quando não é possível clorar (pois em alguns momentos falta o cloro), usam como opção ferver a água.

As principais doenças indicadas como sendo relacionadas ao consumo da água foram: diarreia, dor de barriga, dor de cabeça e febre. Antes também havia muita coceira. Os casos acontecem principalmente em crianças e com grande aumento na época chuvosa devido a sujeira carregada na água. Todos relatam que os cuidados com a água têm melhorado e tem diminuído as doenças relacionadas a um manejo inadequado, mas ainda há a necessidade de maior acesso à água potável.

Para resolver a situação, algumas aldeias que trabalham com o turismo, como é o caso da aldeia Boa Vista, estão juntando recurso dessa atividade e organizando para cavar um poço artesiano. Em várias aldeias das TIs Kaxinawa do Rio Jordão e Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, logo na entrada, havia o material de construção, que os indígenas relataram ser para a construção de poço artesiano por parte da Prefeitura, porém a obra não avançou por terem sido encontradas inadequações como o tipo de material comprado, inclusive a madeira, quando deveria ser cimento, por exemplo, e segundo as lideranças, não há previsão para retomada.

Discutindo o cuidado com a água foram realizados diagnósticos também sobre o manejo das privadas e dos resíduos sólidos nas aldeias.

Privadas

As privadas são construídas quase sempre em madeira serrada ou tronco de alguma palmeira, com cobertura de palha ou, algumas vezes, em zinco ou telha ondulada. Costumam construir a privada longe, afastada das residências, e são lavadas semanalmente. Um problema citado para algumas aldeias é que ainda existem privadas construídas na parte da frente da aldeia, mais próximas ao rio. Tem sido feito um trabalho de conscientização com as famílias, neste sentido.

Manejo de Resíduos Sólidos

Foi feito o levantamento do tipo de lixo presente nas aldeias e foi encontrado: plástico, lata, papel, garrafa, pilha, vidro, sandália, filtro, terçado, panela velha, motor usado, bateria velha, prego, guarda-chuva, lona, carro de mão, mesa, garrafa PET, copo de plástico, cordas, tarrafa, malhadeira velha, papelão, nylon, borracha, sacola, pano, fralda descartável, rabeta, embalagem de bombom, ferro, saco de bolacha, saco de arroz, bituca de cigarro, zinco, bota, colher, etc.

Após o levantamento, era realizada uma classificação do lixo e discutido qual era o manejo realizado atualmente nas aldeias. O manejo varia de aldeia para aldeia: algumas devolvem tudo e o que não pode ser reutilizado é levado para a cidade; algumas aldeias possuem um dia específico de coleta. Em algumas aldeias, é adotada a prática da queima do papel, papelão e plásticos. Outros lixos, como pilha, bateria, lata e vidro são devolvidos para a cidade. Os dois últimos, quando já não há outro uso. São reutilizadas ferramentas e utensílios velhos. Enterra-se também utensílios de casa que não tem mais uso.

Uma reclamação comum é que no município do Jordão não há um local adequado para receber materiais como pilhas e baterias. Também foi discutido o que pode ser feito para melhorar o manejo do lixo nas aldeias:

- Construir local para colocar o lixo para a chuva não molhar;
- Ter saco de palhinha para carregar o lixo com mais segurança;
- Ter na cidade um local de separação do lixo;
- Ter barco, motor e combustível para pegar o lixo e ir deixar na cidade;
- Ter combustível para fazer a coleta do lixo no verão e levar para a cidade;
- Ter material de segurança para quem for manejar o lixo e levar para a cidade (luva, bota e etc.);
- Ter lixeira de classificação na aldeia;
- Já levar o lixo classificado para a cidade;
- Ter planejamento e informação sobre o lixo e o manejo;
- Ter aula prática e teórica na escola sobre o lixo;
- Desde a compra no município pedir para embalar em saco de palhinha;
- Organizar o lixo trazido da cidade em sacos de palhinha;
- Ter participação da comunidade em geral no cuidado com o lixo e receber treinamento;
- Ter participação do conselho de saúde;
- Ter um calendário de coleta;
- Ter uma agenda para fazer a coleta no rio duas vezes por ano (assim como é feita a vigilância).

3.3. Proteção Territorial e articulação com órgãos competentes

Para continuidade do trabalho de vigilância e monitoramento citaram que, para melhor execução dos próximos passos, é importante:

- algum tipo de uniforme e maior quantidade de combustível, já que não é só o agente agroflorestal que participa do trabalho;
- ajuda para a compra de alimentos durante a realização da atividade;
- um acordo interno entre a TI kaxinawa do Baixo Jordão e Kaxinawa do Seringal Independência

- fazer uma revisão de 3 em 3 meses por água (aqui com a proposta de possivelmente unificar com a atividade de coleta de lixo)

- de 2 em 2 anos, fazer a revisão de picadas.

- Obs. a próxima atividade de vigilância seria em abril de 2020 por água, com o seguinte suporte: 40 litros combustível, sendo 20 litros para o Baixo e 20 litros para p Seringal Independência; alimentação aproximadamente R\$ 400 para Baixo Jordão e R\$ 200 para o Seringal Independência; tempo de 4 dias (BJ) e 2 dias (SI); participação de AAFIs, algumas lideranças e alguns AIS, sendo 16 pessoas na TI BJ e 8 pessoa na TI SI). O monitoramento pelo rio vai registrando o que vai encontrando no limite de cada aldeia.

Em cada aldeia que foi realizada a assessoria, os consultores do projeto, Lucas Sales e Josias Pereira, fizeram um informe dos resultados das atividades de monitoramento e vigilância realizada nas TIs. Na TI Kaxinawa do Seringal Independência, o AAFI Jaime Maia fez esses informes. Também foi feito, em cada aldeia assessorada, um informe dos principais pontos discutidos durante a II Oficina de Gestão Integrada realizada na RESEX Alto Tarauacá (ver Intervenção 5. Articulação com o Entorno), logo antes da viagem de assessoria.

Nas TIs Kaxinawa do Rio Jordão e na Kaxinawa do Baixo Jordão a relação com os vizinhos moradores da RESEX é relatada como amistosa e de cooperação. No Seringal Independência relatam não conseguir ter muito diálogo com os vizinhos e há muita necessidade de chegar a vários acordos para o cuidado do território. Solicitaram que fosse organizada uma agenda com apoio do Projeto para isso, considerando inicialmente etapas de informação e sensibilização nas comunidades da RESEX.

3.4. Outras demandas das aldeias

- Apoio para trabalhar com a criação de pequenos animais, como galinha, pato, peru e porco. Necessitam de materiais básicos, como tela para cercar os espaços de confinamento dos animais (a maioria das aldeias já escolheu um local mais afastado do centro das aldeias e do rio para esse fim) e para proteger plantios; pregos; compra de alevinos; combustível para construção de instalações mais adequadas e duradouras

- Interesse em materiais para a construção de barragens manuais (aqui houve uma discussão sobre a necessidade de licenciamento ambiental) e para a reformas dos açudes que já foram construídos anteriormente.

3.5. Subsídios a Oficina de GTA

Na assessoria foi realizado um diagnóstico, como subsídio à organização da Oficina de Gestão Territorial e Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos, onde também são incluídos temas sobre o cuidado com a água. Na ocasião também se levantou sobre participações estratégicas na oficina, além dos AAFIs, Agentes de Saúde, AISAN, algumas professoras e professores, estudantes, representantes de instituições, como: secretaria de saúde, prefeitura, pólo base, FUNAI, SESAI, SEMA, SEMEIA, IBAMA, ICMBio, AMAAIAC, SEPA; Cooperativa Huni Kuí, representantes e moradores da RESEX Alto Tarauacá em intercâmbio. Os moradores das aldeias também mostraram muito interesse pelo evento.

3. Terra Indígena Katukina/Kaxinawa

A Terra Indígena Katukina/Kaxinawa tem extensão territorial de 23.474 ha e uma população de 1.259 habitantes (2018). Está localizada no município de Feijó, à margem esquerda do Rio Envira e ao norte da BR-364/AC. Situa-se muito próxima a sede do município e da citada rodovia, sendo o acesso às aldeias realizado por via fluvial, a partir do porto da cidade, e terrestre, a partir da rodovia.

A Terra Indígena é partilhada por dois povos indígenas – Kaxinawa (Hunu Kuĩ) e Shanenawa. De 2018 para 2020, duas novas aldeias surgiram sendo atualmente 11 aldeias do povo Shanenawa e 19 aldeias do povo Kaxinawa (Huni Kuĩ).

O PGTA da TI Katukina/Kaxinawá foi elaborado em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), com metodologia inspirada nos projetos da CPI-Acre.

Durante esta segunda etapa do Projeto, foi realizada a Oficina de Gestão Territorial e Ambiental da TI Katukina/Kaxinawa, conforme informações mais adiante.

4.1. Manejo de SAFs e Quintais

Os AAFIs da TI KAtukina/Kaxinawa valorizam muito a participação em intercâmbios em terras indígenas próximas, junto às TIs Nova Olinda e curralinho, por exemplo, trocando informações entre AAFIs que participam e ainda ã participam de cursos. Também têm o hábito marcante de fazer intercâmbio de sementes entre as aldeias e os AAFIS mais experientes incentivam os mais novos a conseguir sementes e mudas que não possuem. Assim, alguns AAFIs que ainda não participaram de formação presencial vieram mesmo assim acumulando de forma autônoma uma noção muito boa sobre o que são os SAFs e como fazer o manejo.

Em 2018, os assessores observaram que apesar da presença de SAFs em todas aldeias e a presença de muitos AAFIs novatos, havia pouca produção de mudas. Já de 2018 para 2019, a assessora observou uma quantidade significativamente maior de produção e diversificação de mudas, em relação a primeira assessoria. Parte disso pode ser explicado pela mobilização resultante da primeira assessoria, e a entrega de ferramentas e outros insumos.

Um destaque é aldeia Shane Kaya. No momento de sua fundação, a comunidade já planejou o uso de terrenos prevendo as áreas de plantio agroflorestral. Assim, os SAFs começaram junto com a aldeia, de maneira planejada, bem como roçados e outras áreas de uso, como casas, escolas, etc.

Os SAFs na Aldeia Nova Vida também são muito bem manejados. Na aldeia Pupunha, foi possível averiguar presença de muito plantio também: uma única amostragem apontou diversidade altíssima em comparação com outras aldeias. Infelizmente o Edimar deixou a função de AAFI há pouco tempo pois fazia excelente trabalho.

Na aldeia Paredão (AAFI Marcos Brandão), há grande diversidade de espécies, mas ainda poucos pés plantados, ainda aumentando. Em compensação, na parte mais alta da aldeia há um parque medicinal bem importante. Na aldeia Paroá há muito SAF implantado, ainda que nos quintais ainda seja um pouco menos.

(Relatório Técnico de Oficina na TI Katukina/Kaxinawa. Josy Pinheiro, 2019)

4.1.1. Levantamento dos plantios agroflorestais

Os dados abaixo foram reunidos durante a primeira viagem de assessoria no âmbito deste Projeto (outubro/2018) e a ação já está registrada no primeiro relatório de desempenho. Abaixo constam apenas dados numéricos que sofreram pequenas alterações (revisão tabular) após o envio do RED

01. Pode ser considerado um start, a partir do qual o monitoramento do Projeto irá somando os acúmulos relativos a estes plantios.

Foram levantados 47 plantios agroflorestais (45 quintais e 2 SAFs) em 7 aldeias, sendo que em 4 delas com caráter demonstrativo (aldeias Paroá, Central, Pupunha e Shanenawa), ou seja, não foi percorrido a totalidade de cada aldeia, mas realizadas práticas didáticas de levantamento nos SAFs e quintais dos AAFI locais. Em outras 3 aldeias (aldeias Paredão, Nova Vida e Shane Kaya), foram realizados levantamentos abrangendo a totalidade de quintais de cada aldeia, com exceção de uma ou outra habitação em que não havia nenhum morador no momento da coleta de dados. Neste contexto, os dados totais consolidados representam apenas uma pequena parte dos SAFs e quintais existentes de fato na TI. Considerando a relação direta entre o número de aldeias completamente levantadas nesta assessoria (3) e o número total de aldeias existentes na TI (19), **pode-se aferir que os resultados apresentados a seguir representam cerca de 15% dos quintais e sistemas agroflorestais da TI Katukina/Kaxinawá.**

Dados históricos (plantios iniciados desde 2002):

Aldeia	Nº Espécies	Nº de Plantas	Amostragem
Nova Vida	52	1451	100% quintais
Paredão	48	850	100% quintais
Shane Kaya	55	1498	100% quintais
Paroá	8	76	Demonstrativo
Central	12	469	Demonstrativo
Pupunha	33	305	Demonstrativo
Shanenawa	19	153	Demonstrativo
Total	66	4802	

4.1.2. Plantios Realizados em 2018 – 2019 (vigência do projeto) :

Durante a Oficina de Gestão Territorial e Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos da TI Katukina/Kaxinawá, os agentes agroflorestais indígenas reuniram as informações respectivas aos trabalhos que realizaram entre outubro de 2018 (primeira viagem de assessoria) e setembro de 2019 (data da Oficina), totalizando uma área manejada de aproximadamente 18,8 hectares.

- Monitoramento do Projeto:
 - o que foi realizado em cada aldeia pós assessoria de outubro: reuniões? Plantios? Produção de mudas? Hortas orgânicas? Comercialização? Outros;
 - apresentação dos resultados do levantamento agroflorestal realizado em cada aldeia assessorada e definição de como fazer o levantamento em outras aldeias.

Resumo:

Amostragem: plantios em 15 aldeias

- **18,8 hectares** de enriquecimento, ampliação e implementação agrofloresta
- **3.071 pés de frutíferas plantados**
- **19 espécies de frutíferas**, como abacate, abacaxi, açaí solteiro, açaí touceira, acerola, aguano, apuruí, azeitona, banana, batata, buriti, cajarana, cana, castanha, cedro, coco, cupuaçu, graviola, huni, ingá, jambo, laranja, limão, mamão goiaba, manga, maracujá, shenã, tangerina.
- **6.507 mudas foram produzidas** no total, das mesmas espécies que foram plantadas.

SISTEMATIZAÇÃO E MONITORAMENTO DOS PLANTIOS AGROFLORESTAIS

Nesta seção, está registrada a consolidação preliminar dos dados referentes aos plantios realizados na totalidade das Terras Indígenas envolvidas com o Projeto, bem como os plantios do Centro de Formação dos Povos Floresta.

OS PLANTIOS NAS TERRAS INDÍGENAS BENEFICIÁRIAS DO PROJETO

Conforme descrito até aqui, é através de mutirões durante assessorias e oficinas em Terra Indígena, e graças à organização prévia das informações por parte dos AAFIs, que se formou um cenário atual preliminar dos plantios existentes nas aldeias, como um todo (dados históricos, anteriores ao Projeto), bem como do realizado de agosto de 2018 em diante, na vigência e sob influência do Projeto. Isto se deu principalmente nas TIs que receberam assessoria por último, pois já havia ocorrido não só um curso de formação, como também entrega de insumos (sementes e ferramentas) e um período de chuva, propício para os plantios. Os resultados principais seguem abaixo:

Área de floresta diretamente manejada em decorrência do projeto apoiado (hectares), durante a segunda fase do Projeto: **55,04 ha (meta global: 197,4 ha)**

Nº de mudas/sementes plantadas: **6.666**

Referente a: manejos realizados no período entre o XXV e XXVI Cursos de Formação nas Terras Indígenas Kaxinawá do Jordão e na TI Katukina/Kaxinawa mais o realizado durante as viagens assessoria às TIs Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Jordão; TI Praia do Carapanã e TI Kampa do Igarapé Primavera.

Número de indivíduos indígenas capacitados para o desenvolvimento de atividades produtivas de uso sustentável efetivamente utilizando os conhecimentos adquiridos (meta global - 275 pessoas):

- **288 homens**

- **164 mulheres**

Referente a: participantes das atividades das viagens de assessoria às TIs Kaxinawá do Jordão; TI Praia do Carapanã e TI Kampa do Igarapé Primavera.

MODELOS DEMONSTRATIVOS NO CENTRO DE FORMAÇÃO DOS POVOS DA FLORESTA

O Centro de Formação dos Povos da Floresta - CFPF abriga os cursos intensivos de formação de AAFIs, que incluem aulas teóricas e práticas sobre manejo de SAFs.

O CFPF abriga atualmente 10 SAFs (Xinu, Comida para Peixe, Rio Jordão, SAF I, SAF II, Silvibananeiro I, Silvibananeiro II, Castanheiro, Yube e Herbário), de alta biodiversidade (91 espécies de frutíferas) e abundância (5.308 pés plantados). Estas áreas vêm sendo constantemente implantadas e enriquecidas durante os cursos de formação, não só de AAFI, mas também de professores e agentes de saúde indígenas, nos últimos 25 anos, em uma área originalmente desmatada e de solo degradado. O CFPF é base estratégica de produção e distribuição de sementes de frutíferas para os territórios, bem como de reprodução de sementes vindas das Terras Indígenas do Acre e de outras regiões do país.

É atribuição da equipe técnica do Programa de Gestão Territorial e Ambiental a manutenção permanente e incrementos dos Modelos Demonstrativos durante todo o ano, garantindo o manejo necessário, inclusive enriquecimento com outras espécies úteis para que os alunos indígenas possam observar o seu desenvolvimento nos cursos anuais. É importante que ao voltar para o próximo curso, os AAFIs possam perceber o trabalho como algo positivo, ver o modelo bem manejado que permita auferir sobre aspectos como crescimento, sombreamento, luz, solo, controle de pragas, crescimento dos animais, limpeza do lago, etc para que reflitam sobre estes aspectos e confiem, acreditem no trabalho e repliquem com segurança em suas comunidades.

O Centro de Formação dos Povos da Floresta albergou neste período diversas atividades estratégicas para o Projeto, como o XXVI Curso de Formação de AAFIs (out/nov 2019), a Segunda Reunião da Comissão Indígena de Acompanhamento e Avaliação do Projeto (maio/2019). Também permitiu a realização de oficinas previstas em outros projetos, com impactos positivos para os objetivos previstos aqui. É o caso da Oficina de Combate ao Fogo na TI Katukina/Kaxinawa (beneficiária do Projeto) e TI Mamoadate.

Plantios de enriquecimento realizados no CFPF durante o XXVI Curso de Formação de AAFI (2019):

	Espécie	Qtde.	Local
1	Abacate	4	SAF Castanheira
2	Açaí	47	SAF Castanheira (8)
			Marco verde - limite oeste (39)
3	Açaí-solteiro	35	SAF Comida para Peixe
4	Cacau	4	SAF Castanheira
5	Castanheira	80	Marco verde - limite oeste (40)
			Capoeira Reserva Ambiental (40)
6	Ingá	3	SAF Castanheira

		173	
--	--	------------	--

Produção consolidada no período:

Durante a segunda fase do Projeto, de abril de 2019 a março de 2020, foi mantido o suporte às práticas de colheita da produção dos SAF do CFPF, bem como a distribuição de sementes aos AAFIS presentes ao XXVI Curso de Formação. Os resultados alcançados referem-se ao indicador “Volume de produção in natura gerada pelo Projeto apoiado (toneladas ou outra unidade de medida) discriminado por produto” (ver planilha anexa a este relatório Plano de Monitoramento/Quadro Lógico):

Período	Espécie	Quantidade
08/2018 a 03/2019*	Manga (polpa)	66 kg
	Chocolate (cacau)	13,3 kg
	Açaí (polpa)	433 kg
	Cajá (polpa)	258 kg
	Cupuaçu	73 kg
	Banana	270 kg
	Macaxeira	120 kg
03/2019 a 10/2019**	Cajá	30 kg
	Cupuaçu	409 kg
	Açaí	570 kg
	Bacaba	25 kg
11/2019 a 03/2020***	Cajá	95 kg
	Cupuaçu	341 kg
	Manga	187,5 kg

*01/08/2018 a 21/03/2019

**22/03/2019 a 30/10/2019

***01/11/2019 a 23/03/2020

Total produzido por espécie no CFPF, na vigência do Projeto:

Espécie	Produção CFPF (ago/2018 a mar/2020)
Açaí	1003 kg
Bacaba	25 kg
Banana	270 kg

Espécie	Produção CFPF (ago/2018 a mar/2020)
Cajá	383 kg
Chocolate (cacau)	13,3 kg
Cupuaçu	823 kg
Macaxeira	120 kg
Manga	253,5 kg
Total Geral	2.890,8 kg

Conforme descrito no item a seguir, os sistemas agroflorestais do CFPF têm também papel importante na produção e distribuição de sementes para as Terras Indígenas.

AQUISIÇÃO E/OU DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS PARA AS TERRAS INDÍGENAS

Graças às primeiras viagens de assessoria, foi possível ter um cenário mais claro de demandas atuais e, portanto, realizar uma compra em bloco de insumos, em maior quantidade, para todas as Terras Indígenas de uma vez, com foco na segunda etapa de viagens de assessorias. Neste sentido, foram adquiridas 76 roçadeiras e R\$ 142.221,37 em ferramentas. Os contratos de compra preveem que as entregas nos municípios (Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Tarauacá e Rio Branco) são de responsabilidade das empresas vencedoras, o que avaliamos como uma agregação importante, porque desonera a equipe do Projeto da organização direta de logísticas muito pesadas e dá mais segurança no trânsito destes insumos dos municípios até as Terras Indígenas, ou até as sedes municipais próximas. Estes materiais deverão ser distribuídos nas aldeias pelos próprios consultores indígenas com o suporte logístico do Projeto e estarão disponíveis para as comunidades antes da chegada dos assessores da CPI-Acre nas aldeias.

Foram adquiridos também 6 (seis) notebooks para suporte ao registro das ações relativas ao Projeto, os quais ficarão na responsabilidade dos consultores indígenas.

Finalmente, foram adquiridos os dois barcos restantes previstos para suporte às ações de vigilância nas TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu e TIs Kaxinawa do Jordão.

Com foco no bom uso desses insumos, a CPI-Acre organizou uma reunião no município de Tarauacá com os consultores indígenas e mais algumas lideranças das Terras Indígenas, para pactuar e definir entendimentos e procedimentos relativos ao uso de tais materiais nas aldeias. Para maiores informações sobre esta reunião, ver o item “Governança Indígena” neste relatório.

Intervenção 2. CAPTAÇÃO DE ÁGUA DA CHUVA

Na segunda fase do Projeto, foram implementados os primeiros sistemas de captação de água de chuva¹⁰, em caráter experimental. A Terra Indígena Kaxinawa do Igarapé do Caucho foi a precursora da ação no Projeto (informações abaixo).

Está prevista a instalação de pelo menos 52 pontos/sistemas de captação de água de chuva nas oito Terras Indígenas diretamente beneficiárias pelo Projeto. Na TI Igarapé do Caucho, pioneira desta ação, foi possível instalar oito sistemas, dobrando a meta de um para dois sistemas em cada aldeia dessa TI.

A captação de água da chuva está descrita em planos de gestão territorial e ambiental como uma proposta para incrementar a saúde da população indígena em um período do ano em que as doenças aumentam devido ao consumo de água contaminada. Reservados alguns cuidados - como não utilizar as águas das primeiras chuvas (que trazem mais impurezas carregadas das atmosferas e dos telhados sujos) e acrescentar o cloro - a água pluvial pode ser consumida seguramente.

Mas esses sistemas de captação pretendem acima de tudo facilitar as atividades domésticas das mulheres que durante o inverno atravessam caminhos cheios de lama para buscar água em cacimbas e igarapés, ou descem os barrancos dos rios várias vezes ao dia. Com as caixas de água, as famílias têm acesso a um recurso hídrico de qualidade, em casa e com a facilidade das torneiras.

Por outro lado, ainda que existam poços artesianos instalados nas aldeias mais próximas das cidades, como é o caso das aldeias da TI Igarapé do Caucho, no período chuvoso é comum a falta de energia elétrica. Quando isso ocorre, não é possível usar a bomba hidráulica para levar a água do poço até as casas. Dessa forma, a água da chuva torna-se um complemento importante.

Vale destacar que a primeira oficina do Projeto (TI Igarapé do Caucho) foi precedida por várias ações de mobilização e articulação, tanto em Rio Branco como nas Terras Indígenas, servindo também como momentos estratégicos para tirar dúvidas e refletir sobre as vantagens da ação, e sobre uma variedade de formas de implementação, no diálogo com realidades e necessidades das aldeias. Na primeira fase do Projeto, foram oportunidades para esse diálogo o XXV Curso de Formação de AAFIs (ago/2018), a primeira reunião da Comissão Indígena de Acompanhamento e Avaliação do Projeto,

¹⁰ O projeto prevê uma estrutura básica constituída por calhas, armazenamento em caixa d'água suspensa com cobertura e construção de rede de distribuição. Mas, esta estrutura básica é flexível e o desenho deverá ser definido coletivamente, com atenção às demandas mais significativas de cada situação. A intenção é deixar bem claro que não existe um único modelo possível e alguns foram ilustrados e exemplificados tanto pela CPI-ACRE como pelos indígenas. A captação de água da chuva é prática tradicional entre as famílias de Terras Indígenas acreanas. Podem ser potes e baldes sob a biqueira ou incluir estruturas de captação, como encanamentos e caixas de água. Outros sistemas de captação de água são igualmente importantes, como as cacimbas e cisternas, e colaboram muito com o saneamento básico de boa parte das aldeias. Porém, o acesso a cacimbas e poços nem sempre garante que a água seja de qualidade e nem todas as famílias têm acesso a estes recursos. Em algumas situações, doenças como diarreia e problemas de pele são consequências deste déficit, acometendo principalmente crianças e velhos. Assim como Agrofloresta, Agroecologia e Manejo de Resíduos Sólidos, o tema dos Recursos Hídricos é integrante tradicional da grade curricular dos AAFIs. O projeto espera facilitar o trabalho doméstico que depende diretamente de acesso à água, particularmente a rotina das mulheres, responsáveis por desempenhar variadas atividades diárias que demandam uso da água. E evidencia igualmente o papel do manejo dos recursos hídricos e as relações com mudanças climáticas, poluição, etc. e apoiar o aperfeiçoamento de formas de captar, armazenar e manter a potabilidade de água, diminuindo ainda impactos visuais, empoçamentos e outros detalhes técnicos relevantes. As mulheres e os agentes indígenas de saúde jogam um papel central no protagonismo de toda a ação, tendo os AAFIs como parceiros executivos.

(out/2018) e quatro ações nos territórios (viagens de assessoria e uma oficina, nas Terras Indígenas Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, Katukina/Kaxinawa e Igarapé do Caucho). Já durante a segunda parcela, fez-se um debate junto aos AAFIs presentes ao XXVI Curso (out/2019) e deu-se a segunda reunião da Comissão Indígena do Projeto (maio/2019), quando o tema da captação de água da chuva foi particularmente endereçado, pela grande maioria das lideranças das oito Terras Indígenas presentes. A preocupação geral naquele momento foi que os sistemas de captação só viessem a beneficiar poucas famílias, o que estava levantando dúvidas e críticas das comunidades. Durante a reunião, as lideranças registraram ainda aspectos cruciais sobre a situação e gestão dos recursos hídricos em suas Terras e propostas relevantes para possíveis adaptações da intervenção em cada TI e aldeia.

A equipe da CPI-Acre sublinhou que a discussão sobre o aproveitamento da água da chuva se relaciona à preservação e manejo dos recursos naturais disponíveis; que facilita o dia a dia das mulheres e que as próprias comunidades já fazem rotineiramente a captação de água da chuva. Enfatizou ainda que pelo menos durante metade do ano a família contará com água de qualidade ao lado de casa, diminuindo as doenças que ocorrem na época. Foi lembrado também que o tema foi muito discutido à época da elaboração do Projeto e que a proposta tem caráter demonstrativo, apenas, para inspirar outras famílias a fazerem.

Quanto a demanda por poços artesianos, foi comentado que a implantação de poços é atribuição majoritária do poder público e que há muitos relatos de problemas relacionados, pela falta de manutenção e qualidade da água por exemplo. Fora isso, os poços têm impacto ambiental considerável, que conflita com a linha de trabalho e de manejo enfatizada pela CPI-Acre e os AAFIs. E, ainda, a exigência de autorização do Ibama, o que envolve muita burocracia, o que arriscaria emperrar a atividade, como aconteceu com as barragens em projeto passado, onde o estudo ambiental para dispensa demorou muito e atrasou gravemente.

Já nos territórios, as primeiras viagens de assessoria à TI Kaxinawa da Praia do Carapanã, à TI Kampa do Igarapé Primavera, TI Kaxinawa do Rio Jordão, TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e TI Kaxinawa do Seringal Independência fecharam o primeiro ciclo de debates em campo, junto às oito TIs diretamente beneficiadas (para maiores informações, ver na descrição das atividades referentes). Assim, recapitulando o registrado no RED 01, foi tema de debate também nessas Terras Indígenas:

- o lugar central das mulheres, suas óticas e interesses sobre o tema;
- a importância estratégica da acessibilidade a fontes de água potável no dia-a-dia das aldeias e interfaces com outras temáticas em gestão territorial e ambiental;
- levantamento rápido sobre a situação de acessibilidade de recursos hídricos nas aldeias;
- definir os papéis de outras representações nas aldeias, como AIS, AISAN, AAFIs e professores indígenas, diante da ação proposta;
- formas, locais e objetivos diversos da captação de água da chuva;
- definição preliminar das construções onde cada instalação se dará.

Oficina de Captação de Água da Chuva na TI Kaxinawa do Igarapé do Caucho

Data: 16 a 27 de setembro (etapa 1) e 18 a 24 de novembro de 2019 (etapa 2).

Aldeias assessoradas: 4

Participantes: 64 (49 homens, 15 mulheres)

Beneficiários diretos sistemas de captação: 42 (24 homens, 18 mulheres), de 29 famílias (8 casas)

Beneficiário indiretos sistemas de captação: 104 (51 homens, 53 mulheres), de 19 famílias (17 casas)

Captação de água pluvial: 8 sistemas instalados (2 por aldeia)

AAFI's participantes: 4

Parcerias: CPI-Acre, APACH e AMAAIAC.

A TI Kaxinawa do Igarapé do Caucho foi definida como a precursora desta intervenção, por conta da realização de debates prévios e qualificados com a comunidade, ainda na primeira fase do Projeto, da facilidade de logística (a aldeia mais distante fica a apenas 2 horas de barco do município de Tarauacá) e pelo o número reduzido de aldeias (4)¹¹ ideal para um retorno para realizar ajustes e consertos nas obras de instalação, caso necessário. No item depoimentos constam depoimentos de mulheres da TI Igarapé do Caucho sobre as vantagens da captação de água da chuva.

A Oficina de Captação de Água da Chuva da TI Igarapé do Caucho aconteceu em duas etapas, nos dias 16 a 27 de setembro (etapa 1) e de 18 a 24 de novembro de 2019 (etapa 2), em parceria entre a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), a Associação dos Produtores e Agroextrativistas Huni Kuĩ do Caucho (APAHC) e a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC). Na primeira etapa, os 8 sistemas foram instalados nas quatro aldeias e, na segunda, foram realizados pequenos ajustes e reparos, após a testagem mais detida dos sistemas, graças as chuvas ocorridas no período imediatamente posterior à instalação.

No total, 64 pessoas se envolveram nas atividades da Oficina, entre 49 homens e 15 mulheres. Foram 26 estudantes, 3 artesãs, 4 professores, 5 AISAN, 4 AIS e 4 AAFI's. Aposentados, agricultores e pajés também compareceram.

Apesar de alguns percalços, com os recursos disponíveis foi possível construir dois sistemas de captação em cada aldeia, dobrando a meta inicial. De fato, alguns problemas foram detectados nos primeiros sistemas instalados, ainda na primeira etapa, mas graças ao conhecimento e intensa participação local, foram propostas e implementadas soluções a partir do conhecimento local, que permitiram a adequada funcionalidade dos oito sistemas. Ainda assim, a CPI-Acre acordou com as comunidades um retorno para execução de uma segunda etapa, no sentido de fazer nova avaliação, bem como outros reparos técnicos necessários.

A oficina foi coordenada localmente pelo consultor indígena do Projeto, que também é tesoureiro da APAHC e professor aposentado Francisco das Chagas Reinaldo Kaxinawa. Chagas foi localmente designado para assumir a função de consultor indígena do Projeto e atuou intensamente no planejamento, na mobilização comunitária e execução de toda a Oficina, exercendo papel central também na articulação política e mediação de todas as atividades nas quatro aldeias. Além de Chagas, o AAFI Raimundo Ferreira, da aldeia Dezoito Praias (mais antigo AAFI em atuação na TI), teve

¹¹ Aldeias Dezoito Praias, Caucho, Nova Aldeia e Tamandaré

também papel crucial para o bom andamento da oficina, dando suporte em aspectos técnicos e logísticos e na mediação de toda a oficina.

A título de experiência, um engenheiro ambiental recém-formado com conhecimento em tecnologias sociais e particularmente em sistemas de captação de água pluvial foi convidado a colaborar na Oficina. A coordenadora do Projeto Experiências, Julieta Freschi, também participou da Oficina, para mediar a articulação política e o diálogo com as comunidades e lideranças de cada aldeia, bem como o andamento dos trabalhos.

Algumas incertezas iniciais sobre a relevância da proposta de captação de água da chuva foram visivelmente ultrapassadas logo que os sistemas começaram a ser construídos e testados com as primeiras chuvas: muitos foram os relatos e demonstrações de satisfação e interesse quanto aos benefícios do sistema. Diversas famílias também se mostraram animadas em aprender sobre a construção e interessadas em testá-la em suas próprias casas, o que em si indica a boa capacidade demonstrativa do primeiro sistema instalado.

Outro ponto interessante foi o registro por parte das famílias diretamente beneficiadas (em cuja casa o sistema foi instalado) quanto a importância da água captada, não apenas para uso próprio, como também para uso de famílias de casas vizinhas, evidenciando o caráter coletivo/comunitário dado ao sistema e possibilitando a ampliação significativa do número de famílias beneficiadas indiretamente.

À ocasião da segunda etapa da oficina, em novembro de 2019, pudemos constatar ainda que duas famílias moradoras da Nova Aldeia haviam feito por conta própria a instalação de biqueiras, aproveitando canos de 6 metros que haviam sobrado da primeira etapa. A iniciativa partiu especificamente de duas donas das casas, que tiveram a iniciativa de construir elas mesmas seus próprios sistemas, conectando as calhas às caixas de água que suas famílias já possuíam.

Desta forma, contabilizou-se um total de 146 pessoas beneficiadas (42 pessoas direta e 104 pessoas indiretamente), de 29 famílias (10 direta e 19 indiretamente), moradoras de 25 casas (8 direta e 17 indiretamente beneficiadas).

Intervenção 3. Oficinas de Gestão Territorial e Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos

As oficinas são momentos estratégicos de avaliação, revisão e validação dos acordos previstos nos planos de gestão territorial e ambiental (PGTA) das Terras Indígenas.

Neste Projeto, as oficinas preveem também discussões específicas concentradas no manejo de resíduos sólidos. Por meio de ações educacionais, espera-se promover a conscientização e mobilização para formas de reaproveitamento e de destinação adequada destes resíduos, visando à redução dos impactos decorrentes do manejo inadequado de lixo². O conteúdo produzido nestas oficinas servirá de base para a organização, criação e diagramação de cartazes paradidáticos, bem como para edição de um livro didático, para distribuição nas aldeias e comunidades do entorno, bem como para indígenas de outras TIs no Acre.

Especialmente no caso das TIs Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu e TI Kaxinawa do Rio Jordão, está em andamento uma estratégia mais incisiva de articulação com o entorno (Reservas Extrativistas, indígenas peruanos, etc.) para estabelecer acordos de gestão e proteção territorial integrada e as oficinas são momentos cruciais de encontro e planejamento inter-territorial.

Por outro lado, assim como as viagens de assessoria, as oficinas são momentos coletivos importantes para avaliação do andamento do Projeto junto com a comunidade, assim como o monitoramento do trabalho desenvolvido pelos AAFIs.

Oficina de Gestão Territorial e Ambiental e Manejo de Resíduos Sólidos da TI Katukina/Kaxinawa

Data: 16 a 25 de setembro de 2019 (70 horas/aula).

Local: aldeia Shane Kaya

Beneficiários diretos (Participantes): 85 pessoas (66 homens e 19 mulheres)

Beneficiários indiretos: 1.259 (população Terra Indígena, 2018)

AAFIs participantes: 26

Estudantes: 3

Professores: 9

Parceria: CPI-Acre, Associação do Povo Shanenawa da Aldeia Shane Kaya; Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroa (APROKAP); AMAAIAC

Outras instituições participantes: Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Feijó e Polo Base.

A oficina da TI Katukina Kaxinawa veio sendo discutida com AAFIs e lideranças da Terra Indígena com bastante antecedência, aproveitando as reuniões da Comissão Indígena de Acompanhamento e Avaliação do Projeto (dez/2018 e mai/2019). Os últimos ajustes foram realizados com o suporte dos AAFIs da TI que fazem parte da diretoria da AMAAIAC (Ismael Menezes e Marcos Brandão), que discutiram a proposta com a comunidade e deram um retorno à Comissão Pró-Índio do Acre sobre o melhor local e data para a realização da oficina.

Participaram dentre outros agentes agroflorestais indígenas (AAFI), agentes indígenas de saneamento (AISAN), agentes indígenas de saúde (AIS), agentes comunitários indígenas de saúde (ACIS), lideranças, parteiras, professores, estudantes e outros membros da TI e outras Terras da região. Alguns indígenas atuaram em toda a Oficina como assessores e mediadores das discussões e atividades em grupo: Ismael Menezes Shanenawa; Marcos Brandão, Edena Carlos Brandão, Antonio José Barbosa (Mashã), Antonio da Silva Kaxinawá, Valmar José (TI Curralinho), a professora Tania Brandão Shanenawa e Francisco Piyãko Asheninka.

O tema principal proposto para a oficina foi uma avaliação da implementação do PGTA da TI e uma discussão sobre o manejo dos resíduos sólidos. Outros temas relacionados ao PGTA e ao Projeto também foram trabalhados na programação, como a captação de água de chuva, vinculada à discussão sobre o cuidado e acesso à água em cada aldeia; o trabalho desenvolvido pelos AAFls desde a assessoria realizada em outubro de 2018, a aplicação de questionário socioeconômico.

Junho de 2019 era a data inicialmente proposta para a realização da Oficina. No entanto, devido à alteração no prazo para o desembolso da segunda parcela do Projeto e outras agendas da própria Terra Indígena, a atividade foi adiada por duas vezes.

Proteção Territorial na TI Katukina/Kaxinawa

O tema foi largamente discutido durante a Oficina, com o diagnóstico das ameaças incidentes sobre o território e desafios e estratégias para combatê-las, no contexto da revisão do PGTA, ficando evidente a existência de demandas importantes de atuação para a proteção do território. Exemplos:

- ✓ Fazer uma campanha radiofônica periódica, explicando os direitos dos povos indígenas e a necessidade de respeitá-los;
- ✓ Instalar novas placas de identificação e restaurar os piques de demarcação com marcos verdes com o trabalho do agroflorestral e da comunidade.

INTERVENÇÃO 3. MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Manejo de Resíduos Sólidos é parte integrante da base curricular de formação dos agentes agroflorestais, desde os primeiros cursos de formação. Apesar do debate ser intenso e as comunidades virem se organizando cada vez mais internamente para combater a poluição causada pelos diversos tipos de resíduos sólidos percebe-se com o passar do tempo o aumento da quantidade de lixo principalmente nos rios.

Em todos os cursos de formação, oficinas e viagens de assessoria a situação do lixo é revisitada e as estratégias são discutidas e muitas são as formas que as comunidades vêm lançando mão para minimizar o impacto do lixo. A abordagem da CPI-Acre, assim como no tema do manejo de recursos hídricos, tem caráter bastante pedagógico, na interface com a área da Educação Ambiental.

Durante as assessorias, por exemplo, sempre são realizados diagnósticos, mutirões e levantadas estratégias de manejo. Também trabalhamos com a confecção de placas de madeira com mensagens que chamam a atenção para o cuidado com o lixo, com as fontes de água, principalmente em língua indígena, mas também em língua portuguesa.

No entanto, o recrudescimento crescente do problema tem exigido uma abordagem mais externa, a tentativa de articulação e sensibilização de instituições públicas municipais, no sentido da coleta e recepção dos resíduos sólidos das aldeias. Representantes da secretaria municipal de meio ambiente e até mesmo o prefeito em pessoa (de Marechal Thaumaturgo, o professor indígena Isaac Piyãko) tem sido convidados a participar das oficinas em Terra Indígena e algumas propostas preliminares foram registradas. No próximo período, a CPI-Acre planeja apoiar as organizações locais indígenas e a AMAAIAC a protocolarem pedidos e propostas formais que garantam a devolução dos lixos vindos das cidades de volta para as cidades.

Ao mesmo tempo, através das práticas pedagógicas usuais, o Projeto vem acumulando dados, informações e conteúdos textuais e gráficos para a produção e publicação dos materiais didáticos e paradidáticos previstos nas ações.

De uma forma geral, as Terras Indígenas localizadas nas partes mais altas dos rios, mais próximas às cabeceiras, sofrem menos com o trânsito de pessoas e, portanto, com a poluição deixada pelos viajantes. No entanto, Terras Indígenas como a Kaxinawa da Praia do Carapanã e a TI Katukina/Kaxinawa tem que lidar com grande fluxo de viajantes que se movimentam entre municípios e de forma usual jogam o lixo nos rios e praias. Sofrem também com o despejo de esgoto e se preocupam com os dejetos hospitalares, de matadouros e outras fontes de poluição perigosas.

Outro problema comumente relatado pelas comunidades é a necessidade de orientação dos coordenadores das equipes de saúde para que não deixem o lixo nas TIs quando vão trabalhar nas aldeias. É preocupação não só que estejam deixando lixo potencialmente contaminado, mas dando exemplos negativos para as comunidades, o que pode prejudicar o trabalho dos AISAN e AIS.

Internamente, a maioria das equipes indígenas de trabalho (AAFI, AIS, AISAN, AICs) apoiam a organização de uma logística mínima de manejo e cuidado com a destinação dos resíduos sólidos. As soluções variam de aldeia para aldeia sendo as mais corriqueiras:

Como exemplo, segue a sistematização das discussões sobre resíduos sólidos feitas na oficina na TI Katukina/Kaxinawa:

Como é o manejo dos resíduos sólidos na aldeia?	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cada família leva para um lugar escolhido; ✓ Há mutirão de limpeza o que está próximo às casas; ✓ Cada família tem uma caixa de lixo não orgânico. Os resíduos são retirados de lá uma vez por semana ✓ Algumas famílias possuem caixa de lixo, em um local que não molha, e depois o AAFI e AISAN levam para o local escolhido na aldeia para descarte; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Separam orgânico e não orgânico; ✓ Possuem caixa de 3 x 3m para lixo orgânico; ✓ Separam vidro, plástico, garrafa e orgânico. Os professores, AISAN e AIS fazem trabalho de conscientização; ✓ Ficou acordado que não se pode jogar lixo em qualquer lugar; ✓ O lixo é separado e levado para local adequado que fica entre 50 a 100 m da aldeia;

Acordos que podem ser feitos para melhorar o manejo do lixo nas aldeias:	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Evitar levar lixo da cidade para a aldeia; ✓ Aproveitar o resíduo sólido que pode ser usado como material didático na escola. Ter curso de artesanato com o resíduo sólido; ✓ Aumentar o uso de material orgânico para adubação; ✓ O que não puder ser aproveitado na aldeia, buscar acordo com o município para coletar o lixo e levar para a cidade; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cada comerciante orientar sobre a destinação do lixo produzido por suas vendas. Dever ter caixa de lixo no local de venda também; ✓ Fazer placas com orientação para visitantes; ✓ As equipes que fazem trabalho na aldeia não devem deixar lixo na aldeia ou queimar; ✓ A comunidade também não queima.

Abaixo, outra avaliação sobre a situação dos resíduos sólidos, agora por parte do professor Gilson de Lima, da TI Kaxinawa da Praia do Carapanã:

Agora a devolução do lixo pra cidade não é uma dificuldade, mas o deslocamento é um problema; não dá pra esconder o destino que a pessoa leva. O pensamento dele é tirar da aldeia. A partir do momento que ele deixa a aldeia, ele já começa jogando no rio, no barranco, na praia e isso sabemos que é errado, porque não é só nós que moramos aqui. Tem outras aldeias, tem os nawas... Então, se a gente fala do lixo porque a gente tira de nós e vamos poluir o deles? Ninguém é melhor. Eles [os indígenas que jogam lixo no rio] devem pensar nisso.

A gente tem falado com a equipe da saúde, como onde deixar o lixo e se teria já uma programação, um barco da saúde, um órgão que passaria para pegar o lixo. Tal dia passa o barco para pegar o lixo e toda comunidade já deixa no porto, para que tenha um destino certo, criar esse hábito. Se a gente não tiver esse pensamento, como ser exemplo para as nossas crianças? Então a gente tem preocupação com o manejo do lixo, temos a visão que somos fixos, criamos raízes nessa Terra; não dá mais pra sair e ficar naquela mudança de antigamente. Então nosso pensamento é que muitas gerações desfrutem dessa Terra Indígena e então temos que cuidar, e um dos cuidados é o lixo.

Temos uns buracos de colocar lixo, já cavamos uns cinco e um deles fica bem na frente da minha casa. Foi o primeiro lixão que a gente construiu. Então a gente não teve esse pensamento de que um dia eu ia morar ali. A gente pensou que ali era distante da aldeia, mas só que a população está aumentando, se a gente colocar ali pra trás, um dia alguém vai morar ali. E aquele morador vai precisar de terra, de água e se a gente fizer lixão, vai contaminar tudo. Então estamos contaminando nosso próprio povo, nossa própria comunidade, nosso próprio lugar.

Professor e liderança Gilson de Lima Kaxinawa. TI Kaxinawa da Praia do Carapanã

Ainda, segundo o consultor indígena Amiraldo Sereno, também da TI Kaxinawa Praia Carapanã, o município é o maior responsável pelo lixo. Isso porque ele é produzido nas cidades e é de lá que os povos pegam. Por isso tem que ser levado de volta para a cidade. Pilha, vidro e bateria são os lixos principais que tem que ter um destino próprio.

Durante a Oficina, Luiz da Silva (RESEX) sugeriu a elaboração de um documento reivindicando uma caixa coletora no município, no porto principal, para colher esses lixos não-orgânicos. Esse documento foi produzido e foi distribuído, por meio do Lucas Sales, uma cópia para cada território e uma para que o Luiz pudesse dar entrada na prefeitura.

Nos tempos mais recentes, as aldeias começaram a lançar mão dos “lixões” como forma de destinar o lixo, dentro da própria Terra Indígena. No entanto, precocemente começam a perceber as desvantagens desse método.

No dia 27 de setembro de 2019, demos início na determinada hora. Primeiro fomos para o café. Fomos para a sala de aula e onde a professora escreveu a duração de cada tipo de lixo, como cigarro, lata, plástico, borracha, vidro. E diante disso a professora explicou como devemos fazer com cada tipo de lixo, de modo que não prejudique o meio ambiente, o ar, como também a nossa saúde. O cigarro tem duração de 2 anos. A lata 50 anos, o plástico demora 400 anos, a borracha 1000 anos e o vidro tem durabilidade de 4000 anos.

Dando sequência ao trabalho, fomos para a parte da pintura de arte. Dividimos toda a turma em grupos para trabalhar nas placas. Ao escrever na placa, cada desenho tinha um kenê. Demos o intervalo e retornamos para apresentação das placas e depois cada uma foi colocada em seu devido lugar.

(Agricultor Ismael)

Também durante a Oficina de Gestão Territorial Ambiental Integrada, envolvendo seringueiros e indígenas (RESEX Alto Tarauacá e Terras Indígenas Kaxinawa do Rio Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e Kaxinawa do Seringal Independência), o tema do lixo foi endereçado, discutindo-se problemas identificados nas duas oficinas (2018 e 2019) e ações possíveis para melhorar a situação do lixo nas aldeias:

Problemas identificados (2018)	Problemas identificados (2019)
Ausência de coleta seletiva e educação ambiental o que acarreta na destinação imprópria do lixo inorgânico na Reserva Extrativista Alto Tarauacá, Terras Indígenas e na cidade do Jordão	A situação piorou no geral, mas há projetos que estão sendo feitos para melhorar a situação

O que é possível fazer para melhorar?

- Intercâmbio entre as comunidades para apresentar experiências;
- conversa coletiva com todos da comunidade, educação ambiental nas escolas
- Nas TIs do Jordão, em 2020, terá uma oficina sobre Gestão Ambiental e Territorial e manejo dos resíduos sólidos (a assessoria será uma oportunidade para fazer um diagnóstico)

- No PGTA está registrado deixar o lixo inorgânico no município (já está acontecendo o acordo com o pessoal da RESEX para levar o lixo para a cidade e deixar na associação no município [porque lá tem a coleta municipal];
- Nesse encontro foi feita uma reivindicação dos participantes da oficina para que a Prefeitura Municipal do Jordão coloque uma caixa coletora no porto para que se deixe o lixo vindo das comunidades.

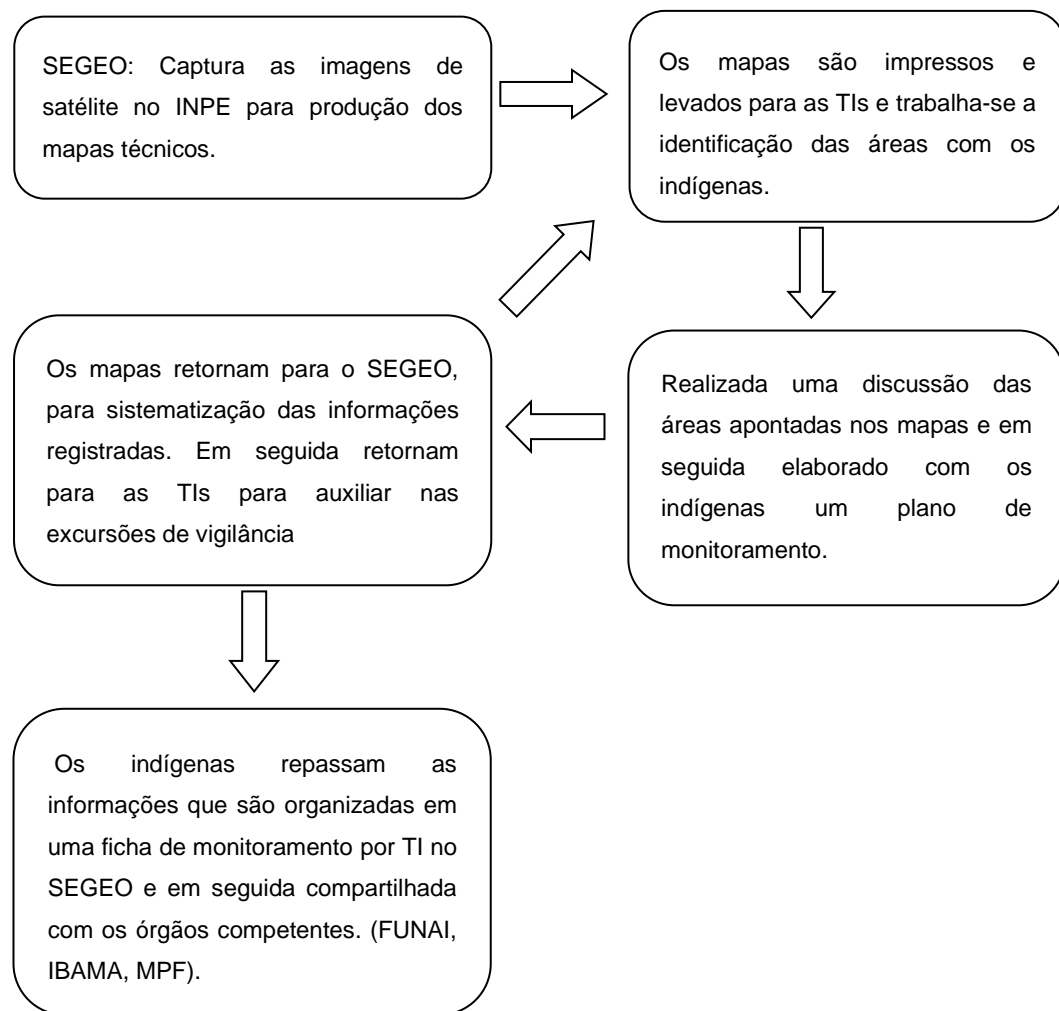
Intervenção 4. MONITORAMENTO, VIGILÂNCIA E ARTICULAÇÃO PARA PROTEÇÃO TERRITORIAL

Através de um esforço coordenado das equipes dos Programas de Políticas Públicas e Articulação Regional, Programa de Gestão Territorial e Ambiental e Setor de Geoprocessamento, a CPI-Acre trabalha em conjunto com certas comunidades e organizações indígenas no monitoramento e combate às pressões e ameaças às Terras Indígenas. As estratégias priorizadas são: processos formativos e de gestão territorial integrada, junto às populações indígenas e vizinhos do entorno; suporte a organização de planos de proteção territorial indígenas (monitoramento e vigilância); suporte às ações de vigilância (excursões) e de articulação política realizadas pelas comunidades indígenas (incluindo denúncias formais aos órgãos de fiscalização competentes); uso de tecnologias como as imagens de satélite para detecção por exemplo de rotas de invasão e desmatamento dentro e fora das Terras Indígenas; sistematização e atualização das informações provenientes das excursões em mapeamentos georreferenciados e relatórios técnicos. As etapas de mapeamento da situação de vulnerabilidade das invasões e ameaças nas TIs resulta no apoio a ações da Funai e IBAMA, por exemplo, para que direcionem seus esforços para resguardar a integridade dos territórios indígenas, em um fluxo contínuo de atuação.

Os “planos de monitoramento e vigilância” das Terra Indígenas são estratégias discutidas entre os indígenas, organizadas em uma agenda de ações de combate às principais ameaças identificadas, incluindo a realização de deslocamentos por rio e por terra para as áreas mais vulneráveis de seus territórios para averiguar a situação das invasões (excursões de vigilância). As Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Rio Jordão e TI Mamoadate já têm organizadas suas ações nesses planos.

O Projeto Experiências Indígenas propõe-se a apoiar a realização de 18 excursões de vigilância, durante três anos, para monitoramento e vigilância comunitária dos limites das TIs Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Seringal Independência, disponibilizando equipamentos para deslocamento (barcos com motor) e registro adequado (GPS e máquinas fotográficas) e com suporte à logística para reuniões com as instituições competentes (FUNAI, ICMBIO, Secretarias Estaduais, PF, MP etc.).

Abaixo, vê-se um resumo esquemático desses esforços:



Vale sublinhar que não apenas as excursões de vigilância produzem informações, mas também registros diários observados em caçadas e pescarias, por exemplo.

Importa registrar, no entanto, que a previsão inicial desta quantidade de excursões (3 por ano) não está correspondendo ao ritmo, as capacidades atuais das lideranças e suas comunidades de executarem. Envolvidas em uma gama de outras ações técnicas e políticas e contextos múltiplos de mobilização, articulação e formação, as lideranças têm alertado que querem discutir outras estratégias de proteção territorial, para além das excursões. Indicaram por exemplo ações de

reabertura de picadas, as quais por sinal exigem um aporte financeiro muito maior que uma excursão de vigilância específica, que mobiliza de 4 a 6 pessoas por 1 a 7 dias, em média. Enquanto as aberturas de picada exigem diversas reuniões comunitárias prévias, mobilização de um grande contingente de pessoas em cada aldeia, expressiva quantidade de víveres e ferramentas. E seus impactos positivos reverberam de forma direta na proteção dos territórios, com caráter preventivo e educativo.

Um outro aspecto influencia o resultado das excursões de vigilância, ou seja, a capacidade real das instituições competentes tem evidenciado possuir e empregar para combater as ameaças e invasões levadas a ciência pelas comunidades indígenas. Se a fiscalização não ocorre a contento, salvaguardando as aldeias e legitimando seus esforços de vigilância e monitoramento, o esforço das excursões pode ser inverso, ou seja, as lideranças e a comunidade como um todo ficam expostos aos invasores, pelo descrédito de que as denúncias e excursões causem efeitos reais de repressão as atividades ilegais nos territórios.

Por outro lado, nestes 19 meses de Projeto, colhemos demandas suficientes para afirmar com tranquilidade que não apenas as quatro TIs - Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawa do Rio Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e Kaxinawa do Seringal Independência - têm a expectativa e a intenção de atuar na proteção e reavivamento de seus limites, bem como nas ações de vigilância: em todas as viagens de assessoria e oficinas realizadas, bem como nas reuniões da Comissão Indígena de Acompanhamento e Avaliação do Projeto e com os consultores indígenas do Projeto, as lideranças apresentam as justificativas e contextos por conta dos quais insistem que seus territórios se beneficiarão de ações de proteção territorial desses tipos. Desta forma, estamos em plena fase de revisão dessa intervenção, no sentido de garantir que essa demanda seja atendida em prol das outras 4 Terras Indígenas igualmente beneficiárias do Projeto. Tudo indica, portanto, que as ações de reabertura de picada ganharão força na próxima etapa do Projeto, se as organizações indígenas protocolarem de fato essa demanda de apoio junto a CPI-Acre.

Proteção Territorial: atividades realizadas - TI Kaxinawa/Asheninka do Rio Breu, TI Kaxinawa do Rio Jordão, TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e TI Kaxinawa do Seringal Independência

Entre abril e maio de 2019, foram realizadas reuniões na sede da Comissão Pro-Índio do Acre e por telefone, entre as equipes das CPI-Acre os consultores indígenas - Fernando Henrique Kaxinawá, da TI Rio Breu, e Lucas Sales e Josias Mana – TIs Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e TI Kaxinawa do Rio Jordão - para planejar as ações de monitoramento e vigilância em seus respectivos territórios.

Fernando Henrique sublinhou que as aldeias já realizam um trabalho de vigilância ao longo do Rio Breu e nos limites da TI e que essa ação dentro do Projeto vem fortalecer e dar continuidade ao que já vem sendo realizado por eles.

Essa forma de planejamento da atividade com a equipe da CPI é importante. Porque sempre realizamos nossa vigilância sem recursos, com pouco combustível, e sem um planejamento com as instituições parceiras. Por isso, não conseguimos fazer com frequência. A gente vê a oportunidade agora de proteger nossa Terra com mais força, principalmente devido às invasões temos que estar com os olhos abertos 24 horas, porque nossa Terra é pequena e não

podemos parar. Por isso a gente faz a vigilância com ou sem ajuda. O Projeto [Experiências Indígenas] com a ação de vigilância vai nos ajudar muito a proteger nossa Terra.

Fernando Henrique Kaxinawá – Aldeia Vida Nova

Importante sublinhar também que para discutir as estratégias de vigilância e proteção, bem como o envolvimento dos “parentes” das Comunidades Nativas Oori e Koshirene (Peru) e os Ashaninka e os Huni Kuĩ que moram na RESEX Alto Juruá, as comunidades da TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, especialmente as lideranças indígenas, vem realizando desde 2015 reuniões para discutirem os principais temas que já fazem parte do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Entre as ameaças comuns à todas as comunidades do rio Breu, uma está diretamente relacionada com o problema da pesca predatória, apontada como impacto negativo que afeta a todos os moradores que utilizam o rio e seus igarapés.

Como destaques, o AAFI e consultor indígena, Josias Maná nos informou que faz muitos anos que não é realizado a reabertura das picadas nos limites da TI Kaxinawá do Rio Jordão e que essa atividade será muito importante para o povo. Lucas Sales, por sua vez, articulou com as lideranças da TI Baixo Rio Jordão e Seringal Independência as atividades. Ambas Terras Indígenas já realizam atividades de vigilância e monitoramento nos limites, e com essa ação será uma forma de reabrir as picadas e limpar os marcos geodésicos, ou seja, fortalecer os trabalhos já realizados pelo povo Kaxinawa das três Terras Indígenas.

O planejamento das atividades continuou depois, à distância, incluindo a logística para compra dos materiais e insumos.

Reativamento e abertura das picadas – TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu

A atividade de monitoramento e vigilância na Terra Indígena Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu foi realizada no final do mês de abril e início de maio de 2019, com a participação de todas as aldeias, durante 14 dias de atividades. Para isso o planejamento foi discutido com as comunidades, e ficou acertado dividir as aldeias por marcos, a partir da aldeia São José¹². Essas divisões foram definidas pelos caciques Jose Luiz Massal, Remilde Henrique, José Samuel e o AAFI Floriano Kaxinawa. Daí as equipes se organizaram e fizeram a limpeza e a identificação dos marcos em seus respectivos limites.

Em alguns marcos observou-se que não tinha mais o número, e que confundiu as equipes. Assim, definiram por anotar apenas os pontos com GPS, controlando no caderno os marcos não existentes. As nove aldeias que realizaram as atividades de vigilância e reativamento das picadas identificaram um total de 44 marcos, e não foi encontrado nenhum registro de invasão.

Reativamento e abertura das picadas - Terras Indígenas Kaxinawa do Rio Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão e Kaxinawa do Seringal Independência

¹² Do marco 07 até a 09, na aldeia Vida Nova foi do marco 09 até 11, na aldeia nova aliança, do marco 11 até o 14, aldeia Criativo e Mae Xinaya, do marco 14 a 17, aldeia São Jorge do 17 a 22; e continuando daí: Cruzeirinho, do marco 23 a 26, na aldeia Japinin II, marco 26 a 32, na aldeia Japinin I, do marco 32 a 44.

Entre os meses de junho e julho de 2019, os Kaxinawá da TI Baixo Rio Jordão realizaram as atividades de reabertura das picadas, reavivamento dos marcos e de vigilância das Terras Indígenas Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e Kaxinawa do Seringal Independência.

Seguem abaixo depoimentos dos consultores indígenas que deixam bem claro como as comunidades planejaram, organizaram e executaram essas ações e os resultados alcançados, nas Terras Indígenas acima mencionadas:

Lucas Sales Kaxinawá, TIs Baixo Rio Jordão e Kaxinawa do Seringal Independência (jul/2019):

Na Terra Indígena Kaxinawa do Baixo Jordão no dia 16 de junho de 2019, juntamos todos os oito agentes agroflorestais da Terra Indígena, da aldeia Novo Lugar até aldeia Nova Esperança e fechamos acordo de trabalhar por comunidade a reabertura das picadas e reavivamento dos marcos da nossa Terra. Cada aldeia vai trabalhar os seus limites, Novo Lugar, São Joaquim, Nova Extrema, Nova Cachoeira, Nova Empresa, Nova Mira, Morada Nova e Novo Astro, cada aldeia, um grupo. Nesse dia distribuimos os materiais e alimentos. E ficamos combinados de começar no dia 19 de junho.

Foi feito a reabertura das picadas. O mateiro foi medindo por metro e os trabalhadores foram brocando. Foi feito dois metros de largura e a cada um quilometro estavam os marcos, que a gente fotografava e marcava o ponto com GPS.

Nesse trabalho, o grupo das aldeias Novo Lugar e Nova Extrema encontraram invasão de madeira. Encontramos duas pessoas que estão tirando madeira.

Na área da Aldeia Nova Extrema, a retirada de madeira é limite dessa aldeia, feito por esse nawa. Foi ele que tirou mais madeira, ele é dono de uma serraria no município. Tem um igarapé que passa por ali, que é o Igarapé Escondido, e o Igarapé Pranchão é afluente do Escondido. No marco 14 foi tirada essa madeira. Encontramos que estavam puxando a madeira com boi da cabeceira do Igarapé Pranchão até o rio Tarauacá. Foi encontrado madeira de aguano derrubado e cortado. Mas não estava serrado. Também madeira de duas árvores de cama-de-veado estavam serradas no local, na cabeceira do igarapé Pranchão. Tinha outras madeiras também, uns três bálsamos, estavam velhos já, que fazia tempo tinham tirado e já tinham levado. O caminho de puxar a madeira estava bem limpo.

Durante a atividade na TI Baixo Jordão, encontramos bastante placas de sinalização do território indígena. E foram encontrados todos os 39 marcos, sendo que alguns deles precisam de reparo, porque foram raspados ou tirado a tampa do fundo. Nos marcos da TI Baixo Jordão, a gente encontrou também dois marcos em que o pau tinha caído em cima e tinha balançado muito os dois marcos. Dá para ver nas fotos.... Parece que eles raspam [os marcos] com terçado, aí o fundo do marco fica limpo, e não se vê mais nada, não dá pra ver os números no marco.

No dia 29 de junho, fiz encontro com a Terra Indígena Seringal Independência, na aldeia Nova União, palestra com representante das 4 aldeias (Altamira, Nova União, Mae Bena e Flor da Mata), e entrega também dos materiais e alimentação. Aí marcaram e começaram a trabalhar da mesma forma em 25 de julho até 28 de julho, depois de terminar o roçado. No dia 04 de agosto retornou para terminar o outro lado da Terra do Seringal Independência.

No Seringal Independência ficou dois grupos: um grupo de 23 pessoas trabalhando na parte de baixo da Terra, de três aldeias (Altamira, Nova União e Flor da Mata); e o outro grupo foi só da aldeia Mae Bena, que fizeram o limite de cima da Terra.

No Seringal Independência, foi encontrado duas áreas de desmatamento e pasto, perto do Rio Tarauacá, no limite da aldeia Altamira. As duas áreas eram da mesma pessoa. A primeira área que a gente encontrou tinha 200 metros de área de pasto. E o outro mais na frente encontrou mais 500 metros. A gente não mediu a largura, a gente só mediu o comprimento que fazia o limite na Terra Indígena. Essa é a desmatção desse ano, é o primeiro que a gente encontrou, lá do outro lado.

Fora esses dois pastos, lá no fundo da área da Terra a gente também encontrou duas pessoas, com casa pequena, fazendo roçado, querendo morar na Terra Indígena...

Na TI Seringal Independência, no lado do igarapé Santa Cruz, lado do Rio Muru, a gente também encontrou muito problema nos marcos. A gente não encontrou todos os marcos, só 20 marcos foram encontrados de um total de 35... Os txais me falaram que às vezes tem alguns caçadores que são ruins, que eles podem tirar e jogar os marcos longe. A gente não pode dizer de certeza porque não está lá na hora... De tudo isso, fiz foto e fui marcando também os pontos de GPS e anotando onde está tudo certo, e o que não tá certo.

Também foi encontrado poucas placas, tem umas que os parentes me comentaram, que eles conheciam onde estavam as placas, e acham que os caçadores atiravam nas placas também.

E então, de problemas nos limites das Terras, foi isso que a gente viu. Foi bom para eu aprender, eu nunca tinha feito esse trabalho. Antes, de primeiro, acompanhei muito pouco, quem fazia isso era o meu pai. Agora peguei mais experiência, que eu aprendi também sobre a divisa das Terras Indígenas. Não é muito fácil, já fazia 19 anos que tinha sido trabalhado e estava bastante fechado o mato.

Trecho de Relatório de Josias Pereira Kaxinawa, TI Kaxinawa do Rio Jordão (jul/2019):

No dia 26 de maio fiz reunião com a minha comunidade, na minha aldeia, primeiro informado sobre o seminário de política públicas ocorrido em maio, sobre o nosso direito, repassando as informações, como consultor indígena do Alto Jordão, que fui indicado para trabalhar no Projeto Experiências.

...Então foi conversado sobre planejamento, pra articular nossas agendas. Hoje temos experiências de oficina, festival, botar roçado e outros eventos, tudo isso a gente já faz direto. Agora é experiência nova, que é saber fazer e ver as variações dos limites e reabertura de picada. Como os nossos velhos fizeram antes. Tem 34 anos sem fazer a limpeza das picadas, então está tudo fechado de mato esse caminho agora. Eu puxei esta conversa, discuti com as lideranças, professor, agente de saúde, informando as mulheres, os jovens, que eles podem acompanhar. Esse trabalho não é só eu sozinho. Eu vou visitar em todas as comunidades, explicando que nós estamos acompanhando agora, que não pode mais fechar o caminho, tem que cuidar os limites da Terra Indígena. E fazer como os nossos outros planos e agendas de trabalho que já temos nas aldeias, como época de verão, época de broca, derrubar, coivarar, limpar, fazer plantio de amendoim caçar, pescar... Então marcamos e ficamos aguardando, porque o material atrasou bastante pra vir de Tarauacá.

Em outro dia... sentamos e fizemos conversa de informação de repasse de atividade comunitária. Como nossas Terras Indígenas aumentaram bastante, são hoje muitas aldeias, e as famílias crescendo também. Aqueles que participaram a primeira demarcação ainda podem ajudar, tem ainda essa visão, e podem acompanhar. Alguns já foram, já faleceram, e agora é mais o pessoal novo. Antes os limites eram muito grandes, agora não é mais assim, as aldeias são próximas. mesmo que no fundo da Terra Indígena ainda seja longe, ainda seja muito grande. Aproveitei dentro da oficina e fiz essa conversa, informando, mostrando, com mapa as aldeias, igarapés principais, os limites com o Breu, com Peru, com o município, com a TI Baixo Jordão, Independência, Alto Tarauacá ...

E nos dias 08 até 12 de junho fui até o município também pra buscar mais apoio, mais parceria. Como eu sou AAFI, como consultor representando as 23 aldeias eu tenho que batalhar, ter mais apoio. Que a alimentação nós temos: muita banana, milho, amendoim, macaxeira, nós temos muita caça também. É só mais apoio para combustível, para munição... Fui entrando em cada setor, conversando com cada coordenação do município, informando o que nós estamos trabalhando... Então protocolei carta na Câmara [Municipal do Jordão], na prefeitura, na cooperativa...

Aí dia 23 a 29 de junho, foi celebração com nossas festas tradicionais, através de animação de alegria, nova demarcação e nova reabertura de picada.... Não era forró, não era carimbó não... assim como faz o roçado é também a reabertura de picada. Tem que trazer mais a força, a energia dos cantos de mariri, do nosso pakarin, abrangendo tudo pra ter mais fartura de comida de caça de caiçuma. Então, fizemos três fogueiras em que nós realizamos com festa de mariri, celebrando nova demarcação da Terra e também plantio de roçado. Pra ter mais a produção, durante essas festas foi cantado e acompanhado pelo meu pai.

No final de julho chegou material. No dia 07 de agosto, eu recebi os materiais no município e fiz duas viagens pra levar pra aldeia.

No dia 15 de agosto, a gente recebeu os parentes de sete aldeias (Boa Esperança, Bela Vista, Sacado, Novo Coração, Boa Vista, Nova Fortaleza, Nova Aliança) na aldeia Boa Esperança e fez uma informação geral dos mapas onde ia começar as atividades, informando os limites de cada aldeia próxima que iam trabalhar por grupo. E sem combinação não pode [trabalhar], tem que deixar o agente agroflorestal, mateiro e caçador responsáveis. Nós agroflorestais somos pessoas na frente; os nossos mais velhos são os nossos mateiros que conhecem onde estão os marcos, onde estão os caminhos, onde é a entrada e a saída. E o caçador é pra poder estar procurando caçada, que lá é fartura. Fiz uma reunião informando e repassando pra esses três de cada aldeia, que são nossos representantes, pra discutir com eles atividades práticas. Eles que vão fazer relatório, fazer registro, entregar trabalho do grupo. Entreguei também combustível pra fazer farinha, porque não é pra comprar farinha não. Então teve preparatório de pegar banana, macaxeira... fazer ubá pra fazer caiçuma, e preparar as comidas pra comer junto lá. E fizemos planejamento dos inícios dos trabalhos para começar dia 20 de agosto. Mas choveu e adiamos pro dia 23 de agosto.

Trabalhamos prática de reabertura, um total de 15 pessoas, começando de onde o pessoal da TI do Baixo Jordão tinha parado, e demos continuidade pro Alto Jordão. Fizemos abertura de picadas de aproximadamente três quilômetros, até onde encontramos a varação principal que sai do Boa Esperança pro Rio Tejo. Trabalhamos com terçado, limpando largura de 2 metros. Encontramos o número de cinco marcos. Estavam muito escondidos, coberto com lodo, muito cerrado de folha,

com caminho muito fechado. E encontramos placa caída no limite entre TI Rio Jordão, Baixo Jordão e RESEX Juruá....

[O relato segue registrando o trabalho de cada grupo de aldeias, realizado entre os dias 28 de agosto e 12 de setembro de 2019].

Incidência política

A CPI-Acre apoiou a realização de uma reunião com a FUNAI CR-Purus¹³ e a Frente de Proteção Etno-Ambiental do Rio Envira (FPPE) e com o Ministério Público Federal, em Rio Branco.

Ocorrida no dia 02 de outubro de 2019, com a presença de Lucas Sales e Josias Pereira, na sede da FUNAI CR-Purus, em Rio Branco. Os AAFI informaram sobre as atividades de monitoramento e vigilância e reavivamento das picadas. E os registros de invasão feitos durante a reabertura foi devidamente protocolado através de um relatório assinado pelos consultores. Os AAFIs expuseram ainda que, em novembro de 2018, os Kaxinawá das TIs Kaxinawa do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão e Kaxinawa do Seringal Independência se reuniram com a CR Juruá - FUNAI, FPPE, CPI-Acre para levantarem atividades de vigilância para a construção conjunta de um plano de monitoramento para a região. Segundo Josias Maná, foi importante fazer essa agenda, para marcar a já existência dessa parceria e diálogo com a CR Juruá e que esse diálogo não é pontual, mas que aponta uma continuidade.

Após a reunião com a FUNAI, os AAFIs, participaram de uma outra reunião com dois procuradores da MPF/AC, na sede deste órgão em Rio Branco, para protocolar dois documentos elaborados pelos Kaxinawá das TIs Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, Kaxinawa do Rio Jordão e Kaxinawa do Seringal Independência. A denúncia trata sobre questões relacionadas a invasão para extração ilegal de madeira nessas TIs, bem como a abertura de um ramal até os limites da TI Kaxinawa do Seringal Independência, próximo a aldeia Altamira. Tal ramal tem sido um fator de facilitação na exploração de madeira dentro da TI por parte de comerciantes da cidade do Jordão. Outra informação apontada é sobre a existência de uma denúncia já protocolada no MPF, que diz respeito da extração de madeira por vereador do município do Jordão que continua extraindo madeira dentro da TI e levando para o município para comercialização. Também foi relatada sobre a existência de um outro ramal, que adentra a RESEX Alto Tarauacá e RESEX Juruá, rumo a Vila Restauração, com propósito de chegar até o município de Marechal Thaumaturgo. Esse ramal é visto pelos indígenas como uma grande ameaça ao seu território, uma vez que seu traçado passará próximo aos limites da TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão.

As reuniões foram subsidiadas pelo mapa elaborado pelo SEGEO/CPI-Acre, que identifica onde estão localizados os pontos de invasão no entorno das TIs.

É por isso que defendemos nossa Terra, sabemos que podemos ser ouvidos aqui por vocês, o MPF ainda é o órgão que pode nos ajudar e defender nossos direitos. Todos têm que saber que nossa cultura e nosso povo têm que ser respeitado, e nós mesmos nos mobilizamos para realizar essas

¹³ Como o acesso de Jordão para Cruzeiro do Sul é mais complicado do que para Rio Branco, os AAFI vieram até a CR Alto Purus, mesmo sabendo que as TIs do município de Jordão estão na jurisdição da CR Juruá. Dessa forma, a servidora Juliana Fortes ficou responsável de repassar toda a conversa e os encaminhamentos para os coordenadores regionais das duas CRs.

atividades, o povo todo estava unido e agora chegamos até aqui para entregar esse relatório e que vocês possam nos ouvir.

Josias Mana Kaxinawa

Combate ao Fogo na TI Katukina/Kaxinawa

A atividade se configura como uma contra-partida ao Projeto Experiências, no âmbito do Projeto “Prevenção e combate de queimadas em Terras Indígenas” (CPI-Acre/WWF Associação da Aldeia Shane Kaya, da TI Katukina/Kaxinawa e Associação MAPKHA, da TI Mamoadate).

A Oficina de Prevenção e combate de queimadas na TI Katukina/Kaxinawa aconteceu entre os dias 9 e 12 de março de 2020, na Aldeia Shane Kaya. O curso teve como principal objetivo fortalecer estratégias indígenas de gestão territorial e ambiental, focando em ações de prevenção e combate aos incêndios florestais, para contribuir à redução das pressões e ameaças do fogo na Terra Indígena. Participaram da atividade 20 indígenas, majoritariamente agentes agroflorestais.

A Terra Indígena recebeu 2 (dois) kits de materiais, sendo um destinado às aldeias Shanenawa e o outro às aldeias kaxinawa, para prevenção e combate a queimadas. Cada kit contém 5 tipos de equipamentos (10 unidades de cada/kit), listados a seguir: enxada, rastelo, terçado, foice, abafador e bomba costal.

Articulação com o entorno para a Proteção Territorial

Outra estratégia central para a proteção territorial é a articulação entre vizinhos, com interesses comuns. Neste sentido, durante a segunda fase do Projeto, algumas atividades foram importantes neste sentido, e estão mais detalhadas no item a seguir “Intervenção 5. Articulação e Formação do Entorno.”

Intervenção 5. ARTICULAÇÃO E FORMAÇÃO DO ENTORNO

Nesta segunda etapa do Projeto, algumas ações foram muito significativas para avançar na articulação com comunidades do entorno das Terras Indígenas, com destaque para:

Atividades	Data	Local	Participantes do Entorno
Oficina de Práticas Produtivas	Abril/2019	Comunidade Boa Vista – Resex Alto Tarauacá	15
II Oficina de Gestão Territorial e Ambiental Integrada	Novembro/2019	Aldeia São Joaquim	12
Reunião na TI Kaxinawa da Praia do Carapanã	Setembro/2019	Aldeia Segredo do Artesão	3
Reunião Yorenka Ætame	Junho/2019	Escola Yorenka Ætame	6

Reuniões com lideranças sobre o grande entorno Alto Juruá	Novembro/2019 Fevereiro/2020	Centro Yorenka Tasorentsi (M. Thaumaturgo)	14
Assembleia da AARIB – Associação Ashaninka do Rio Breu	Janeiro/2020	Aldeia Morada Nova – Resex Alto Juruá	33

Reunião com moradores no Entorno na TI Kaxinawa da Praia do Carapanã

O planejamento e organização da viagem de assessoria foram feitos em parceria com o consultor indígena, AAFI Amiraldo Sereno Kaxinawa. Amiraldo ficou incumbido de convidar representantes das comunidades do entorno a participarem de momentos específicos nas 4 aldeias assessoradas. No entanto, não houve retorno expressivo a esses convites, a não ser na aldeia Segredo do Artesão, em que três moradores do entorno (Seringal Minas) compareceram para um dia de trabalho conjunto. Na ocasião, fizeram junto com os indígenas uma discussão sobre os principais problemas de invasão, quando os indígenas iam já informando sobre a legislação ambiental que protege seus territórios, mas também mostrando para os não indígenas o quanto eles também são afetados pelas invasões e retirada ilegal dos recursos como caça, pesca, madeira. Interessante o relato dos AAFIs sobre os resultados que alcançaram fazendo o manejo destes recursos e como hoje aumentou a caça para a dieta tradicional e como a palha para construção de casas está bem mais perto das casas.

Realizaram ainda o mapeamento de ameaças, particularmente de invasões por caçadores, pescadores e madeireiros que afetam tanto a Terra Indígena como a área onde eles moram. Os vizinhos também puderam participar de práticas e debates sobre manejo de lixo e agrofloresta, trocando sobre desafios e estratégias possíveis.

A dificuldade de mobilização de mais pessoas e comunidades do entorno acendeu um alerta, apontando para a necessidade de rever estratégias de envolvimento e sensibilização, no caso desta TI. Uma proposta em amadurecimento é a realização de uma ação com suporte de profissional antropólogo(a) para visitar e realizar diagnósticos rápidos nestas comunidades. Espera-se com isso tanto entender melhor a situação dessas comunidades como interagir e sensibilizá-las a participarem do Projeto. Nesta linha, também será avaliado se há espaço para convidar pessoas dessas comunidades a participarem de um curso específico em Rio Branco, para populações não indígenas moradoras do entorno das TIs. A ideia é partilhar conhecimentos e estrutura básica para que o entorno também se envolva e beneficie com o plantio de agrofloresta, a recuperação de áreas degradada, manejo de caça e pesca e outras ações relacionadas a gestão territorial e ambiental que os interessarem.

Segue abaixo trecho de um relato de Francisco Machado, um dos vizinhos que se fez presente à assessoria:

Na época [da demarcação] morávamos no seringal Pinheiro Machado que ficou dentro da área indígena. Na época eu era pequeno, mas o Manoel e o Adriano, nos conhecemos desde jovem. Saímos aqui da área e ficamos na área de baixo do Seringal Minas que fica vizinho da área indígena. Eu quero dizer que sou evangélico, vice pastor da nossa igreja aqui próxima, do outro lado do rio que fica na área da Santa Luzia. Quero agradecer o apoio dos amigos indígenas e dizer para o Amiraldo

que, como ele falou, que se a gente visse alguém caçando que avisasse pra ele. Acontece que vem pessoa de fora, invadem o lado deles [Terra Indígena] como o nosso. As vezes até conhecido mesmo, e nós pedimos para eles não entrar e eles entram assim mesmo. Dizem que não somos donos da área, não temos o direito. Para não impedir e para não formar confusão, que por meio de confusão ninguém resolve nada, a gente deixa passar.

Agora no inverno passado acho que entrou umas quatro turmas pra caçar. Só dava tempo sair uma e entrava outra. Aí vim no Amiraldo e conversei com ele, porque queria que se fosse de acordo com vocês a gente dava um jeito. Veio até gente da cidade. Chegava e passava como se fosse morador. Passavam, iam caçar e não falava com ninguém. Ele [Amiraldo] disse: “Chico no momento não podemos resolver nada mas vou batalhar pra gente fazer uma reunião, pra gente concordar para que tudo dê certo.” Eu vim porque já tinha procurado ele, queria esse acordo. Agradecer a todos, agradecer a amiga professora Paula.

Aqui onde moramos, no Seringal Minas, é uma área de herdeiro, uma área particular. Não sei se são três ou quatro irmãos que são herdeiros desse seringal. Tem uma irmã deles que veio aqui. Na última vez que ela veio, avisou até o meu pai e a gente tinha essa preocupação, dela colocar a gente pra fora do seringal. Ela tem esse direito, embora que indenizasse, mas ela teve a confiança de dizer para o meu pai, que a gente ficasse alerta e que não deixasse ninguém entrar para invadir com outro negócio, caçada a curso, nem com cachorro, nem retirara de madeira. Eu tinha essa preocupação e ela nos concedeu a Terra, que a gente está morando e até agora não venderam a Terra. Ela falou pra nós que na hora que vendesse a terra, vinha conversar com a gente e aqueles que quisessem sair, ela indenizava e os que não quisesse, conversasse com a pessoa que comprar o seringal e se ele concordar, o morador ficava. Mas até agora não achou venda para o seringal e até agora estamos aqui. Essa é uma preocupação de deixar as pessoas de fora [invadir]. Assim como os amigos indígenas temos essa preocupação, porque a dona mesmo pediu pra não deixar invadir.

É uma área de 786 ha, ela está pedindo 2 milhões, é pouca terra para esse preço. Aqui vivem 11 famílias. As atividades que nós trabalhamos é só a roça e o milho, vendemos na cidade. O arroz nós abandonamos porque não dava muito lucro. E de criação temos galinha, porco, gado, pato. Nós vendemos em Tarauacá.

Sei de pessoas que vem do município caçar e pescar. Era morador próximo daqui. Tem um primo, que está [morando] na cidade, e aqui e acolá ele traz pessoas para caçar dentro do igarapé. Uma hora eles podem sair [com a caça] e a federal está esperando. Eu vou repassar para eles, que não é bom vir invadir. Vou repassar tudo para os outros de acordo com o que nós conversamos aqui. Inclusive o que o Amiraldo falou que tinha visto pessoa ali em cima com cachorro do lado deles [da TI] e vou repassar tudo para que fiquem sabendo e não fiquem enganados. Eles acham que, porque moraram aqui tem direito. Eles disseram que iam entrar porque uns disseram que a gente só

mandava no nosso lote. Agradeço o convite, vim saber como era e vou repassar para as outras pessoas.

Oficina de Práticas Produtivas na Resex Alto Tarauacá – abril de 2019

A oficina configura-se como uma contra-partida ao Projeto Experiências, viabilizada pelo ICMBIO, em parceria com CPI-Acre, ASKARJ, AMAAIAC e Associação de Seringueiros e Agricultores da Resex do Alto Tarauacá (ASAREAT). Foi realizada nos dias 11, 12 e 13 de abril de 2019, na Reserva Extrativista Alto Tarauacá, na comunidade Boa Vista. Participaram 17 extrativistas da comunidade e 6 indígenas das TIs Kaxinawá do Jordão, incluindo o presidente da Associação de Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista Alto Tarauacá (ASAREAT), João Braz.

A oficina de práticas produtivas foi ministrada pelos AAFIs Lucas Sales (TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, consultor indígena do Projeto), Josias Maná (TI Kaxinawa do Rio Jordão, consultor indígena do Projeto), Vanderlon Pinheiro Kaxinawá (TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão) e Jaime Maia Kaxinawa (TI Kaxinawa do Baixo Rio Jordão). O evento é um desdobramento do encontro realizado no final de 2018, na aldeia São Joaquim na TI Kaxinawa do Baixo Jordão. Na ocasião, representantes das comunidades Huni Kuĩ das Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Baixo Rio Jordão, Seringal Independência e moradores da Reserva Extrativista Alto Tarauacá redigiram o documento “Acordos de gestão integrada para a garantia do nosso futuro”, resultado da oficina “Gestão Territorial e Ambiental das Áreas Naturais Protegidas do município do Jordão”, promovida pela Comissão Pró-Índio Acre (CPI-Acre).

Durante os três dias além de discutir a importância da conservação e uso dos recursos naturais, foram realizadas atividades práticas de agrofloresta.

“A oficina foi muito boa. Os próprios meninos que participaram se sentiram bastante contemplados. O que a gente precisa agora é colocar um pouco mais em prática. A demanda, a gente tem que fazer uma lista para saber quais são as necessidades de espécies que as comunidades precisam. Porque mesmo vocês não tendo conseguido trazer o que passei dessa vez, aqui é onde vai sair realmente o que cada um deseja. Em uma próxima etapa, a gente vê a possibilidade. E aí bota em prática o que aprenderam. Podemos deixar com eles para ver o que aprenderam e o que querem daqui pra frente com aquela oficina de SAF. Mas eu sei que aprenderam a fazer algumas coisas: transplante, abertura de raio de luz para as plantas, sementeira, tirar da sementeira e colocar no saquinho já para o viveiro, depois do viveiro para a cova, podagem e outras coisas” (João Brás, presidente da ASAREAT, Jordão, 2019).

João ainda acrescentou que gostaria que essa discussão de práticas produtivas, futuramente, deveria ser acompanhada também de uma avaliação estimada em custos financeiros (organização da cadeia de produção), pois acha que isso ajuda a incentivar esse tipo de produção. Para ele, de fato, é um retorno que pode agradar as famílias financeiramente e é importante esse olhar.

Em seguida, Nego Brás, liderança da Comunidade Boa Vista (RESEX Alto Tarauacá), também deu sua contribuição para a oficina:

“Foi muito importante a atividade, porque foi para pensar no futuro, porque qualquer coisa que a gente aprende com outra pessoa, vale muito. Quando a gente aprende, a gente não

esquece... Em relação aos AAFI, foi um trabalho admirável. Eu nunca tinha participado de algo assim. Então foram 03 dias e a gente viu que eles têm uma boa experiência. Tanto o compadre Lucas [kaxinawa], o Jaime [kaxinawa], que trabalhou no nosso grupo, o Vanderlon [kaxinawa], o Josias Maná [kaxinawa], o Raimundo Paulo [kaxinawa], eram os professores... Achei muito interessante. A gente precisa desenvolver em questão de material, em questão de parceria. A comunidade mesmo trouxe as mudas. Todos ficaram até o final. Foi coisa que a gente não sabia: fazer transplante, por exemplo. A gente fazia, mas morria. Eles fizeram, deu certo. Depois eu fiz sozinho e deu certo. Então eu tenho prova que eu aprendi mesmo com eles. Só quem sabe é que vai lá fazer e dá certo. Os parceiros que se disponibilizaram, vieram da sua aldeia. Esse kupixawa também tem dedo deles, ajudaram a cobrir... Eles não são da nossa comunidade e ajudaram nessa questão de mão-de-obra. Agradeço também a CPI-Acre porque a gente acredita que vai dar certo” (Nego Brás, Jordão, 2019).

Vanderlon Kaxinawá também fez um relato:

“A oficina de práticas produtivas foi muito importante. Nós consideramos a RESEX como família, uma igualdade. Passando conhecimento e aprendendo com eles também. O trabalho inicial, todos nós sabemos que começa de algo pequeno para depois amadurecer e trabalhar com algo grande. A potencialidade é que estamos juntos, não apenas Huni Kuĩ, mas os parceiros da RESEX. Deixando algo positivo na comunidade. Isso é um sucesso, não só nas TIs mas na RESEX também. A gente vai se conhecendo e vendo os trabalhos do AAF. Tem que ver de perto para ver o certo. A nossa jornada é isso. Já estamos na segunda etapa. Pode contar com a gente e nós contamos com eles. Nós estamos com parcerias institucionais: CPI-Acre, AMAAIAC, ASAREAT, ICMBio... O grupo de RESEX tem o mesmo objetivo nosso e queremos dar continuidade para um trabalho de qualidade. Então é isso. Muito Haux mesmo”.

II Oficina de Gestão Territorial e Ambiental das Áreas Naturais Protegidas do município do Jordão – Gestão integrada para a proteção dos territórios

Entre os dias 18 e 20 de novembro de 2019, representantes das comunidades Huni Kuĩ das Terras Indígenas Kaxinawá do Rio Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, Kaxinawa do Seringal Independência e da Reserva Extrativista Alto Tarauacá, estiveram reunidos na comunidade Boa Vista, durante a segunda oficina “Gestão Territorial e Ambiental das Áreas Naturais Protegidas do município do Jordão – Gestão integrada para a proteção dos territórios”.

Participaram 19 representantes indígenas das três TIs acima citadas do Jordão, 12 representantes da RESEX, além da Frente de Proteção Etnoambiental Envira (FPPE - FUNAI), Associação Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ) Associação dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC), Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista Alto Tarauacá (ASAREAT), Secretaria de Agricultura e Sustentabilidade do Município e a Comissão Pró Índio do Acre (CPI-Acre). A FUNAI e o ICMBio não puderam participar da oficina, porém, foram ativos em contribuições logística e de conteúdo.

A Oficina deu continuidade ao processo de interação e pactuação de acordos entre as TIs do Jordão e os moradores da RESEX Alto Tarauacá. Assim o Projeto Experiências viabilizou a II Oficina de Gestão Territorial e Ambiental das Áreas Naturais Protegidas do município do Jordão – Gestão integrada para a proteção dos territórios, vista como ação essencial para a proteção dos territórios Kaxinawa do Jordão, na perspectiva de integração de esforços e intercâmbio de estratégias para a gestão e

proteção de áreas naturais vizinhas. O evento, ocorrido em novembro de 2019, foi pensado também como momento estratégico de incidência política junto a instituições públicas, contando com a presença da Secretaria de Agricultura e Sustentabilidade do Município. Para maiores informações sobre esta ação, ver no próximo item “Intervenção 5. Articulação e Formação do Entorno.”

O foco da oficina foi a troca de informações e capacidades entre as populações locais para estratégias coordenadas de gestão territorial e ambiental.

As comunidades das três Terras Indígenas da região e moradores da RESEX intercambiaram informações sobre as atividades de gestão territorial e ambiental em curso nesses territórios. Esse movimento mostra a importância das ferramentas de gestão para a valorização e reconhecimento dos territórios e o empoderamento das comunidades da região do Jordão.

Os meios e processos para consolidar a gestão integrada devem envolver ações fundamentadas no diálogo para resolução de conflitos, intercâmbio de experiências exitosas de uso sustentável, conservação da natureza e monitoramento territorial, investimentos em estudos, pesquisas e tecnologias de informação, apoio ao fortalecimento de organizações sociais e espaços de participação e a captação e direcionamento de recursos para projetos de desenvolvimento socioeconômicos comunitários.

Os temas discutidos foram: (1) caça e pesca; (2) lixo inorgânico; (3) madeira de lei; (4) roçados e plantios; (5) conhecimentos tradicionais; (6) vigilância e proteção dos territórios; e (6) participação política. No quadro abaixo haverá, nos temas citados, um quadro das informações que constam do ano de 2018, um quadro da situação atual das informações de 2019 e, por fim, um quadro para possíveis soluções sobre os problemas específicos.

A partir de várias contribuições, o grupo chegou a um consenso de que o que havia sido produzido no dia anterior iria ainda passar por futuras revisões, a partir do envio do documento para as instituições parceiras, que não estavam presentes.

Foi então destinado um momento para o aprofundamento das temáticas trabalhadas na oficina no dia anterior, mas que não foram contempladas no documento final de forma mais aprofundada. A ideia é que as pessoas que não se sentem tão a vontade em falar na plenária, que pudessem se expressar nos grupos, a partir de situações-problema, previamente definidas. Os temas sugeridos foram: (1) desmatamento; (2) agronegócio; (3) estradas e ramais; e (4) lixo e água. O último tópico foi sugerido por Amiraldo, que acha importante aprofundar a questão, e todos acataram.

Reunião na Escola Yorenka Ātame

18 e 19 de junho de 2019

Esta ação foi a 11ª. Reunião para articulação entre os povos da floresta na região do Alto Juruá, com ênfase na discussão sobre a proposta do Corredor Socioambiental Alto Juruá, ocorrida na Escola Yorenka Ātame, em Marechal Thaumaturgo.

A Reunião visou a ampliação da rede de articulação interinstitucional e consolidação de parcerias, para o desenvolvimento de ações que promovam o diálogo e a troca de informações entre as populações locais, órgãos governamentais e instituições não governamentais para estratégias coordenadas de gestão territorial e ambiental integrada.

O evento conseguiu reunir as principais lideranças das áreas naturais protegidas do município de Marechal Thaumaturgo, das TIs Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Jaminawa Arara do Rio Bagé, Arara do Rio Amônia, Kampa do Rio Amônia e da RESEX Alto Juruá, além das lideranças ashaninka do rio Breu (Aldeias Pau Furado e Nova Morada). Dentre eles, o presidente da ASAREAJ – Associação de Seringueiros e Agricultores da RESEX Juruá e outros 5 moradores da RESEX. Também contou com a participação do Prefeito de Thaumaturgo Isaac Piyãko e o secretário Municipal de Meio Ambiente, Moisés Moreira da Silva. Foram aproximadamente 42 participantes das terras indígenas e comunidades da RESEX Alto Juruá.

A figura a seguir ilustra a distribuição geográfica das terras indígenas e unidades de conservação nos limites políticos do município de Marechal Thaumaturgo e o seu entorno, envolvendo a fronteira com o Peru, onde estão situadas as Comunidades Nativas:

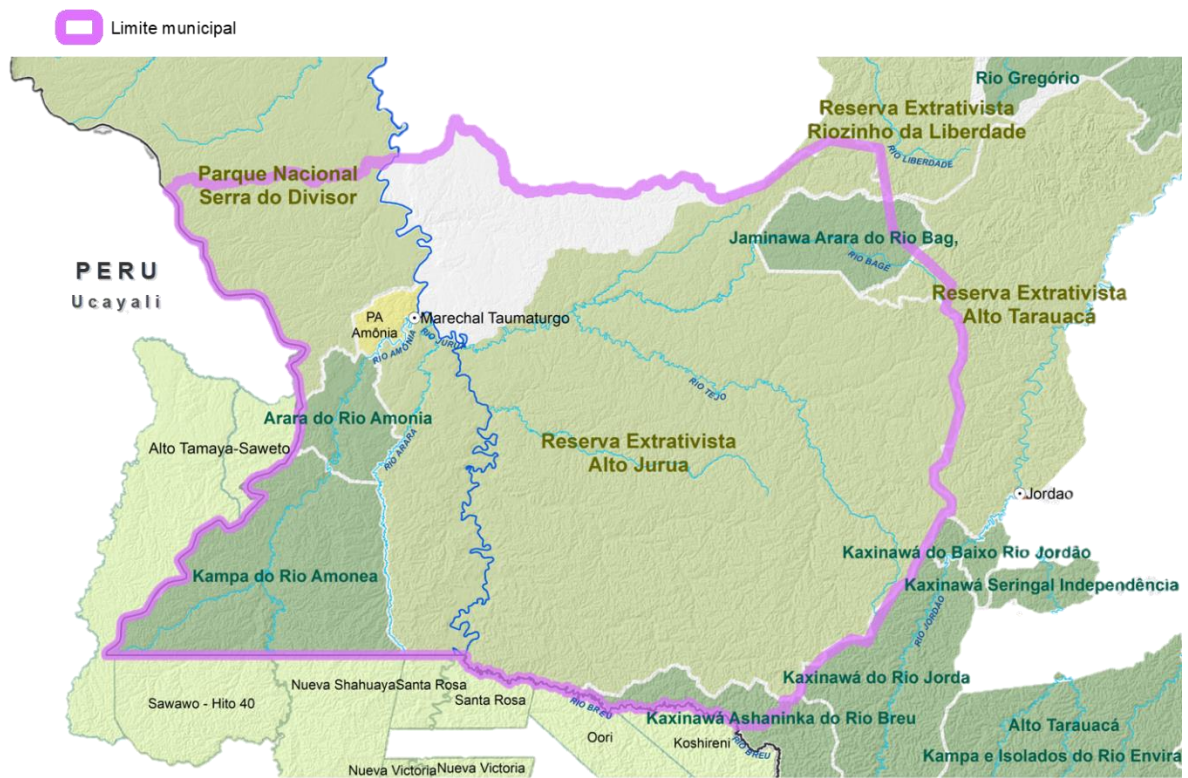


Figura: Limites municipais de M. Thaumaturgo e áreas naturais protegidas.
Cartografia: José Frank/SEGEO. Abril de 2019. Fonte: SEMA. ZEE-AC.

Para os encaminhamentos, Francisco Piyanko fez algumas reflexões direcionando os participantes a pensarem uma agenda comum de articulações, a partir de alguns desafios e riscos identificados. A estratégia para uma gestão integrada é envolver lideranças indígenas e não indígenas das áreas naturais protegidas (TIs e UCs) de Thaumaturgo, bem como comunidades do entorno dessa região, incluindo povos indígenas do lado do Peru. Se constrói, dessa forma, os primeiros passos para uma agenda de compromissos para pactuar ações conjuntas de proteção e gestão dos territórios da região do Alto Juruá.

Reunião com moradores vizinhos à TI Kaxinawa da Praia do Carapanã

Três moradores vizinhos da Terra Indígena participaram das atividades da viagem de assessoria no dia 30/09/2019, na aldeia Segredo do Artesão. Fizeram junto com a comunidade indígena o mapa das ameaças e invasões ao território, expressando seus pontos de vista e os desafios enfrentados. Também tiveram a oportunidade de acompanhar as discussões sobre segurança alimentar e manejo de resíduos sólidos e o sentido dos planos de gestão indígenas.

Reunião com lideranças da região do Alto Juruá vizinhos à TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu.

Centro Yorenka Tasorentsi

Foram realizadas duas reuniões com lideranças das TIs Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, Kampa do Rio Amônia, TI Kuntanawa, Arara do Rio Amônia e alguns indígenas do Peru. Sob coordenação da liderança Francisco Piyãko (colaborador do Projeto) discutiram a situação do entorno da TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu dentro de um entendimento mais amplo sobre o entorno.

“Entendemos que aqui na nossa região [Alto Juruá] as comunidades e as Terras Indígenas só estarão protegidas se pensarmos de uma forma grande e bem articulada. Nós temos que pensar e pactuar uma linha de trabalho com esse entorno amplo.” (Francisco Piyãko).

As reuniões permitiram atualizar as ameaças e iniciar a retomada de um conceito maior sobre entorno, considerando a necessidade de organizar a produção, de monitorar as rotas de ilícitos, e as invasões.

“Para nós as excursões de vigilância são boas, mas nós queremos um passo adiante, porque não podemos pensar a vigilância sem respostas concretas para o que a região precisa; para conseguir trazer incrementos e atividades que possam favorecer as comunidades. Nós queremos discutir a criação de um sistema de monitoramento que mostre as invasões quase em tempo real, preparar essa região para isso. As reuniões apontaram também que a partir da organização dos indígenas os moradores da RESEX Alto Juruá devem ser convidados para rearticular localmente a Aliança dos povos da Floresta. A gente percebe que temos que fazer um novo diagnóstico, envolvendo não só a Terra Indígena Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, mas incentivar as melhorias dentro da RESEX também. Temos um potencial local, temos a Prefeitura Municipal [Marechal Thaumaturgo] junto com a gente.”

Na segunda reunião (janeiro/2020) o consultor indígena do Projeto, Fernando Henriques, informou que está percebendo que algumas pessoas das Comunidades Nativas Oori e Koshirene, vizinhas da TI no lado peruano, estão saindo da área porque estavam com mais dificuldades para receber apoio do governo do Peru. Entende ele que foram com a promessa de uma vida melhor em termos de

provimentos do governo, mas isso não aconteceu. Então, diminui a pressão da caça e melhora a situação para os Kaxinawa e Asheninka, que tem o local, a margem direita do rio Breu (limite entre o Brasil e o Peru e fronteira com a TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu) como área de refúgio para procriação e manutenção das caças.

Foi agendada para abril de 2020 uma grande reunião para discutir as questões com o entorno, levantadas nas duas reuniões acima citadas, que teve que ser adiada em função da crise da pandemia do coronavírus.

Intervenção 6. FORMAÇÃO DE AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS – AAFIS

A Formação dos AAFIs se dá através de uma gama de modalidades, presenciais e a distância, incluindo dentre outras os cursos de formação em Rio Branco, as viagens de assessoria, oficinas e intercâmbios.

XXVI Curso de Formação de AAFIs

Foi realizado o XXVI Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, no Centro de Formação dos Povos da Floresta da CPI/Acre, entre os dias 14 de outubro e 16 de novembro de 2019, estendendo-se por 34 dias e somando 251:30 horas/aula.

Contou com a participação de 40 AAFIs¹⁴, de 22 Terras Indígenas¹⁵ nas quais habitam 12 povos indígenas¹⁶. Dentre os AAFIs, 12 participaram das aulas de orientação de monografia e tiveram carga horária diferenciada. O curso organizou-se em duas turmas diferentes, a da monografia (11 AAFIs) e a do curso Intensivo (39 AAFIs).

O XXVI Curso de Formação foi coordenado pelo Programa de Gestão Territorial e Ambiental da CPI-Acre, em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC).

Vale destaque três ações de intercâmbio durante o Curso:

- semana de intercâmbio com 11 agentes ambientais e de saúde Apurinã, graças a uma parceria com a FUNAI;
- visita de uma turma de graduandos do curso de Engenharia Florestal da UFAC, em torno ao Projeto de Extensão¹⁷ “Contribuição para a Elaboração e Implementação do Plano de Manejo da RPPN do Centro de Formação dos Povos da Floresta”.

¹⁴ 12 AAFIs estão nas atividades de monografia.

¹⁵ Terras Indígenas, Kampa do Rio Amônia, Rio Envira, Rio Gregório, Kaxinawá do Seringal Independência, Kaxinawá da Colônia 27, Kaxinawá do Igarapé do Caucho, Kaxinawá do Rio Jordão, Arara do Igarapé Humaitá, Kaxinawá Praia do Carapanã, Kaxinawá do Rio Humaitá, Alto Rio Purus, Kaxinawá da Nova Olinda, Kaxinawá do Curralinho, Katukina/Kaxinawá, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Igarapé Primavera, Jaminawa Arara do Rio Bagé, Nukini, Nawa, Campinas, Mamoodate, Poyanawa.

¹⁶ Huni Kuĩ, Shanenawa, Shawãdawa, Yawanawa, Katukina, Ashaninka, Kontanawa Jaminawa Arara, Nukini, Nawa, Manchineri, Poyanawa,

- visita de intercâmbio com uma turma de graduandos cursando a disciplina Saúde Indígena, da Medicina/UFAC.

Módulo	Carga Horária
Monografia	172 h/aula
Informática	20 h/aula
Total	192 h/aula

	Módulo
1	Horta Orgânica
2	Cartografia Indígena
3	Agrofloresta
4	Línguas Indígenas e Portuguesa
5	Fundamentos e Diretrizes do Trabalho do AAFI
6	Manejo e Criação de Animais Doméstico/silvestre
7	Artes e Ofício
8	Matemática
9	Educação Ambiental
10	Ecologia Indígena
11	Informática

Articulações e incidência política da AMAAIAC

Outra ação considerada como estratégica para garantir a formação continuada e o trabalho do dia-a-dia da gestão ambiental das Terras Indígenas passa pelo fortalecimento da categoria do AAFI e sua capacidade de incidência política junto ao Governo Estadual. Desta forma, a AMAAIAC vem contando com o apoio da CPI-Acre e através do Projeto Experiências tem realizado reuniões de planejamento interno e de negociação com o Governo, para desobstruir o caminho administrativo para garantir o retorno e manutenção das bolsas pelo pagamento dos serviços prestados pelos AAFIs em seus percursos de formação inicial e continuada. Tais pagamentos estavam suspensos desde janeiro de 2019, acarretando forte ameaça de desmobilização dos AAFIs de suas funções nas aldeias e obrigando-os muitas vezes a procurar outras formas de trabalho. Assim foi que a AMAAIAC e sua diretoria se reuniram pelo menos duas vezes de forma mais intensa no último ano, em Rio Branco, e se reuniram com representantes da esfera pública estadual, na figura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e do Instituto de Mudanças Climáticas. Os esforços parecem estar surtindo efeito

pois toda a burocracia está em fase final de encaminhamento e a promessa é que as bolsas voltem a ser pagas em no máximo mais um mês. Os AAFIs são os principais protagonistas e mobilizadores da agenda de proteção e gestão territorial atualmente nas Terras Indígenas. A manutenção de suas condições de trabalho e de articulação, como categoria, incide, portanto diretamente na consecução das agendas previstas nos seus planos de monitoramento.

Intervenção 7. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Estão em pleno andamento as atividades planejadas na primeira e na segunda fase do Projeto, na intervenção Fortalecimento Institucional.

Comunicação do Projeto

O suporte da assessoria de comunicação contratada a partir de novembro de 2018 continua em andamento, na divulgação e comunicação do projeto (ver exemplos item I. Disponibilização de informações do Projeto na internet).

Vale registrar também algumas publicações feitas na Coluna Papo de Índio, do jornal acreano Página 20, durante o Abril no Acre Indígena 2019, sendo uma especificamente sobre o Projeto Experiências (ver links no item I).

Vale registrar também a realização do Painel “PGTA e Comunicação: como a comunicação pode apoiar as ações de gestão ambiental e territorial?”, durante a Oficina de GTA da TI Katukina/Kaxinawa, no sentido de apresentar algumas mídias como instrumento de apoio a gestão territorial e ambiental.

Auditoria institucional

Foi realizada auditoria financeira externa anual, no mês de fevereiro de 2020. O relatório está em anexo a este relatório.

Segurança eletrônica

Permanece vigente o contrato pelo serviço mensal de segurança eletrônica, funcionando no CFPF (Rodovia Transcreana) e no escritório administrativo-financeiro da CPI-Acre (Bairro Bosque).

Sistemas Demonstrativos de Captação de Água da Chuva no CFPF

A proposta inicial era fazer uma instalação durante o XXVI Curso de Formação. No entanto, este curso foi particularmente intenso, exigindo esforço redobrado da equipe e da coordenação, considerada a presença de duas turmas de AAFIs, uma em fase mais inicial de formação (29 AAFIS) e outras (11 AAFIs) fazendo a etapa de Monografia. O replanejamento aponta para a execução da ação ainda na vigência da segunda fase do Projeto, entre os meses de maio e junho, quando as chuvas já diminuiram.

Instalação da cerca no CFPF:

Já foi providenciada a base técnica da construção desta cerca, a qual guiará o termo de referência do trâmite licitatório. Já foi realizada também uma pesquisa de preço preliminar, como subsídio à definição da modalidade de licitação a ser empregada. O instrumento licitatório (carta-convite) está em fase avançada de elaboração, e será avaliado ainda no mês de abril pela consultoria jurídica, para

então seguir para a fase de divulgação e colheita de propostas. A contratação efetiva da cerca estará sujeita a uma análise de risco, diante das incertezas atuais sobre as condições de trabalho e saúde financeira do Projeto, com o advento da crise causada pela pandemia do coronavírus.

Intervenção 8. GESTÃO DO PROJETO

As rotinas administrativas de gestão do Projeto permanecem seguindo a agenda mensal de pagamentos, elaboração e análise de documentos administrativos, conferência de extratos, lançamentos, além dos fluxos e comunicação interna de praxe, garantindo assim as condições de trabalho para a equipe do Projeto.

Equipe técnica

Um assessor técnico do Projeto (Paulo Simeoni) teve seu termo de quitação efetivado em 13/11/2019. Outra assessora técnica do Projeto (Josineidy Pinheiro) informou sua intenção de desligar-se do Projeto em janeiro de 2020 e acordou com a coordenação seu desligamento efetivo em final de junho de 2020.

Recém foi redigido o edital do processo seletivo para suprir essas duas vagas. No entanto, a situação está sendo reavaliada, considerando a crise causada pela pandemia do coronavírus e as incertezas consequentes, de prazo pouco determinado, considerando que a maior parte das atividades planejadas serão realizadas em Terras Indígenas.

Finalmente, a vaga de secretaria administrativa que tinha ficado em vacância em 01 de fevereiro de 2019 foi novamente preenchida em 01 de março de 2019, pelo Sr. Manoel Rairlando de Moraes que já trabalhava na Instituição desde 01/02/2016 e foi deslocado de Assessor Administrativo para Secretaria Administrativa.

ESTRATÉGIA TRANSVERSAL: GOVERNANÇA E CONTROLE SOCIAL INDÍGENA DO PROJETO

A governança e o controle social indígena são estratégias transversais ao Projeto, com lugar central para o seu contínuo planejamento, avaliação e monitoramento. Durante as ações de assessoria e formação, em Rio Branco e nas Terras Indígenas, a CPI-Acre tem como prática realizar com os indígenas avaliações das atividades em curso. Deste modo, as metodologias são validadas ou revistas, para acertar prumos e otimizar o tempo e os recursos empregados dali por diante.

Nos territórios, as viagens de assessoria, as viagens para instalação de captação de águas pluviais e a oficina de gestão territorial são ao mesmo tempo ações de implementação e de avaliação e acompanhamento das atividades propostas. Em Rio Branco, os cursos intensivos de formação são igualmente estratégicos, reunindo AAFIs de todas as Terras Indígenas, como também a diretoria da AMAAIAC, permitindo uma visão mais ampla do andamento do Projeto como um todo.

Figuram ainda dentre os procedimentos de monitoramento e avaliação que permitem acompanhar o Projeto: reuniões regulares de planejamento e decisões de rotina da equipe técnica; verificação do nível de aceitação, participação e resultados gerados para as comunidades; análise de cenários e contextos atuais das TIs e entorno; seminários internos; consultas e reuniões constantes com os indígenas parceiros e associações e organizações indígenas; reuniões e consultas junto aos conselheiros da instituição; e assembleia anual. São considerados ainda: nível e produção de documentos e reuniões com os governos; sistematização e difusão da produção das atividades; encaminhamentos dos documentos gerados nas atividades de cursos e oficinas; elaboração dos relatórios.

Na segunda fase do Projeto, foram mantidos todos esses canais e estratégias de governança e controle social indígena do Projeto.

Assim como no XXV Curso de Formação de AAFIs, a coordenação do Projeto apresentou aos AAFIs presentes ao XXVI Curso (out 2019) os objetivos, atividades e metas do Projeto, seus desafios e resultados preliminares. Foi um momento importante para divulgar o Projeto a um espectro mais amplo de Terras Indígenas (23), colher sugestões e tirar dúvidas.

As ações nas Terras Indígenas (duas viagens de assessoria, uma oficina de captação de água da chuva e duas oficinas de GTA) realizadas na segunda fase também foram essenciais para a discussão mais detida sobre o Projeto junto as comunidades de cada aldeia visitada (43 aldeias e /ou seus representantes), na presença das comissões indígenas de cada Terra.

Consultores Indígenas

Completo-se também ainda no início da segunda fase, o quadro de consultores indígenas dos territórios, que começaram a atuar sistematicamente como parte da equipe do Projeto, em todas as fases das atividades: planejamento, organização, mobilização, mediação e assessoria técnica das ações. A tabela abaixo mostra o quadro dos consultores indígenas do Projeto.

Nome	Função	TI
Fernando Henrique Kaxinawá	Professor	TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu
Josias Pereira Maná Kaxinawá	AAFI	TI Kaxinawá do Rio Jordão
Lucas Sales Banê Kaxinawá	AAFI	TIs Kaxinawá do Baixo Rio Jordão e kaxinawa do Seringal Independência
Ismael Meneses Brandão (Shanenawa)	AAFI	TI Katukina/Kaxinawá
Francisco das Chagas Reinaldo Pereira Kaxinawá	Professor	TI Kaxinawá do Igarapé do Caucho
Amiraldo Sereno Kaxinawa	AAFI	TI Kaxinawá da Praia do Carapanã/TI Kampa do Igarapé Primavera

Comissão Indígena de Acompanhamento e Avaliação do Projeto

Foi realizada a Segunda Reunião da Comissão Indígena de Acompanhamento e Avaliação do Projeto “Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre”, nos dias 20 e 21 de maio de 2019, no Centro de Formação do Povos da Floresta, Rio Branco/Acre. Participaram 18 lideranças indígenas (14 homens e 4 mulheres), representantes de 3 povos e 7 Terras Indígenas, e a equipe técnica do referido Projeto.

A primeira reunião da Comissão Indígena, de caráter mais introdutório, ocorreu no dia 15 de novembro de 2018, para alinhamentos e definições de caráter preliminar, junto às associações indígenas parceiras. Naquele momento, foram parte da discussão os critérios e possibilidades de participação na Comissão, e ainda o papel do consultor indígena do Projeto, também integrante da mesma. Até então, apenas a TI Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu e a TI Katukina/Kaxinawá tinham sediado ações nos territórios, apoiadas pelo Projeto.

No tempo transcorrido entre as duas reuniões da Comissão Indígena (11/2018 a 05/2019), ocorreu na TI Kaxinawá do Igarapé do Caucho a primeira viagem de assessoria pelo Projeto. No mesmo período, mantendo contato com a CPI-Acre, as associações foram se organizando e repassando o quadro de participantes de suas terras para compor a Comissão Indígena do Projeto.

À ocasião da segunda reunião, ocorrida em maio de 2019, os critérios e possibilidades de participação foram revistos, para compatibilizar as expectativas iniciais de composição com restrições financeiras que impactariam na capacidade de garantir a vinda de aproximadamente 36 pessoas a cada reunião anual em Rio Branco. Conforme se vê abaixo, foi definido um “grupo executivo” menor, em torno de 15 pessoas, para comparecimento à capital, reunindo todas as TIs para avaliação global e coletiva do Projeto. Por outro lado, ficou bem claro que durante todo o ano, e inclusive durante as ações da equipe do Projeto em Terra Indígena, as articulações e avaliações se darão com o grupo completo da Comissão, dialogando ainda com as lideranças de cada aldeia.

Então, seguindo critérios, ficou definido que o grupo executivo cada Terra Indígena estaria basicamente composta por:

Critérios para Comissão Indígena:

- Ter conhecimento sobre o trabalho
- Ter capacidade de articulação, mobilização e diálogo com a comunidade.

Primeiro foram apontadas 6 pessoas:

- Liderança/Cacique
- Representante da Associação – 2 pessoas
- Representante das Mulheres
- AAFI
- Consultor Indígena

Resumimos em 3 representações para reuniões em Rio Branco:

- Representante da Associação
- AAFI / Consultor Indígena
- Representantes das Mulheres

Durante a segunda reunião da comissão indígena o grupo consolidou também uma pauta de acordos para orientar sua atuação. Trata-se basicamente do perfil bem como da função dos membros da Comissão Indígena e orienta sobre o que é importante a comissão indígena acompanhar e avaliar, e como a comissão Indígena pode trabalhar.

A agenda recente previa a realização da III Reunião da Comissão Indígena no mês de maio de 2020. No entanto, com a crise instaurada pela pandemia do coronavírus, esta atividade teve que ser temporariamente desmobilizada.

Reunião de Planejamento e Pactuação – Consultores indígenas

Outra ação bastante importante foi a realização da Reunião de Planejamento e Pactuação para a Gestão Ambiental no Projeto Experiências Indígenas, no município de Tarauacá, nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2020. A atividade reuniu 12 indígenas de 7 TIs sendo 6 consultores indígenas e 6 outras lideranças, para estabelecer coletivamente um protocolo para o bom uso comunitário de equipamentos adquiridos com apoio do Projeto (roçadeiras, barcos, máquinas fotográficas, GPS, notebook) e planejar o monitoramento de SAFs nas oito Terras Indígenas de abrangência do Projeto.

CENÁRIOS ADVERSOS

Nesta segunda fase do Projeto “Experiências”, algumas tendências de recrudescimento de cenários adversos se confirmaram ainda em 2019, somadas a incidência de novos cenários, bastante adversos ao desenvolvimento dos objetivos do Projeto, em 2020. Estes cenários estavam por sua vez previstos como “riscos”, desde a elaboração do Projeto, em seu Quadro Lógico. Particularmente:

- *Reorientações legais voltadas para a conservação e uso sustentável de áreas protegidas*
- *Intensificação dos incêndios florestais*
- *Comprometimento das condições de saúde de membros da equipe e/ou das lideranças indígenas parceiras, e agravamento da incidência de epidemias nas aldeias*
- *Reorientações políticas do órgão indigenista ou dos demais setores governamentais com interface com a política indigenista*

A incidência amplificada dessas múltiplas ameaças tem impactos para o bem-estar, a qualidade de vida das populações indígenas e seus vizinhos, como para a conservação da natureza e dos recursos

naturais desses territórios. Um exemplo é que, da primeira para a segunda fase, as articulações com Funai e ICMBio desaceleraram em função de conflitos de cortes de gestão, como vem sendo amplamente divulgado em todas as mídias. Na esfera estadual no Acre ainda se consegue uma governança sobre os marcos construídos, mas ainda assim falta clareza e celeridade nos projetos locais (em especial o caso do Programa REM que atinge diretamente os AAFIs). Na esfera federal a agenda continua sendo tocada com servidores efetivos, mas também são impactadas porque estes dependem de orientação e aprovação de seus superiores, quase sempre em Brasília.

Por outro lado, levando-se em conta o surgimento do coronavírus em dezembro de 2019 e a confirmação de sua ocorrência no Estado do Acre (em 17 de março último), com as orientações da Organização Mundial de Saúde e as medidas administrativas adotadas pela Funai, SESAI e pelo Governo do Acre, a CPI-Acre e seus parceiros indígenas viram-se obrigados a rever o calendário de atividades até então planejadas para os próximos 4 meses do Projeto (março a junho). Com isso, pelo menos 8 (oito) atividades estratégicas, tanto em Terras Indígenas como na capital e na sede de outros municípios estão sendo desmobilizadas¹⁸.

A não realização dessas atividades nos próximos meses terá consequências previsíveis de curto prazo sobre o desempenho do Projeto e se refletirá em praticamente todos seus indicadores, como: número de intervenções realizadas, número de pessoas beneficiadas, quantidade de plantios realizados, área de agrofloresta manejada e/ou implementada, acesso a água de qualidade, e excursões de vigilância realizadas.

Neste momento, sequer tem sido possível apoiar ações planejadas para a mobilização e monitoramento sistemáticos nas aldeias, por parte exclusiva dos consultores indígenas - agentes agrofloretais formados de renomada experiência -, pois não é recomendado no momento o trânsito sequer de pessoas indígenas dentro da própria Terra Indígena. Assim, ao que tudo indica, no momento exato em que este relatório está sendo elaborado, está em movimentação uma alteração significativa de percurso, marcado pela instalação de uma crise de efeitos múltiplos e potencialmente graves, para além do desenvolvimento qualificado das ações e a consecução dos objetivos do Projeto.

A recomendação às comunidades indígenas tem sido no sentido a favor da precaução: isolamento voluntário, impedir a entrada de pessoas de fora e suspensão de quaisquer eventos que levem a aglomeração de pessoas. Por outro lado, no dia 17 de março de 2020, a Presidência da FUNAI expediu a Portaria nº 419, suspendendo temporariamente todas as autorizações de entrada em Terra Indígena.

Assim, a instituição como um todo está em fase de replanejamento das dinâmicas de trabalho corriqueiras, de estratégias e prioridades, não apenas para defender o andamento técnico-financeira dos projetos contratados mas principalmente para garantir a segurança e a vida dos povos indígenas e da equipe, em uma situação completamente atípica de calamidade pública na área de saúde.

Por outro lado, é possível prever formas de minimizar os danos ao Projeto: uma é continuar apoiando e participando de “campanhas” com informações de boa fé sobre a doença e a pandemia do coronavírus. A saúde destas populações é a prioridade neste momento; outra é intensificar ainda

¹⁸ Estavam em planejamento três viagens de assessoria (TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, TI Katukina/Kaxinawa, TI Kaxinawa do Igarapé do Caucho), uma oficina de gestão territorial e ambiental (TI Kaxinawa do Igarapé do Caucho), uma oficina de captação de água pluvial (TI atukina/Kaxinawa), a terceira reunião da Comissão Indígena de acompanhamento do projeto, reuniões de articulação com instituições públicas (FUNAI, ICMBIO, MP, SESAI/DSEI - Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá/Feijó) e formação do entorno.

mais as ações que os próprios índios podem fazer de forma autônoma, como monitoramento dos plantios, avaliações de meio termo e atualização de demandas comunitárias. Também será recorrente nos próximos meses as reuniões internas e externas, à distância, sempre que as condições de comunicação permitirem. Outra estratégia importante, iniciada ainda em fevereiro de 2019 será a recondução de atividades-meio de forma a desonerar a equipe de sua mobilização. Dentre os exemplos, a logística de fretes terrestres e fluviais de equipamentos e ferramentas até os municípios, que ficará sempre a cargo do comércio vendedor. Outra ação importante será radicalizar o incentivo à produção local de mudas e sementes e ao intercâmbio desses entre aldeias e territórios, maximizando a autonomia de acesso a esses insumos bem como o fluxo genético de variedades locais, em detrimento daquelas vindas de outras regiões.

Mas além desta pandemia, outros acontecimentos políticos em andamento nos últimos 15 meses estão impactando e tendem a impactar ainda mais seriamente as populações indígenas e o dia a dia de trabalho das equipes de organizações indígenas e indigenistas. Estes acontecimentos refletem-se diretamente no quadro lógico do projeto, no que tange aos “indicadores” e “riscos” ali registrados: taxas de desmatamento no entorno das Terras Indígenas aumentaram consideravelmente assim como os focos, a abrangência e a intensidade das queimadas, particularmente em territórios mais próximos aos municípios onde a presença de fazendas e áreas de pasto é maior. Por outro lado, nesta segunda fase do Projeto manteve-se a tendência de aumento da criminalidade nas Terras Indígenas.

Neste sentido, a CPI-Acre está sendo impelida a repensar e propor estratégias de enfrentamento a essas situações. Ações de capacitação para o combate ao fogo estão em curso. Ao mesmo tempo, as lideranças indígenas vêm reivindicando ações de formação focadas nos direitos indígenas e na articulação com o entorno. Outra demanda recorrente é o suporte para ações de proteção territorial, considerando acima de tudo que os órgãos competentes historicamente não dão conta de suas atribuições de fiscalização e a capacidade de resposta ágil dos órgãos tem sido ainda menor. Assim, como já mencionado, são recorrentes demandas por reabertura das picadas de demarcação dos limites das Terras bem como apoio a excursões de vigilância, reavivamento de marcos e de placas sinalizadoras dos limites das áreas indígenas. Se no início do Projeto apenas as TIs Kaxinawa do Rio do Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, Kaxinawa do Seringal Independência e a TI Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu já estavam envolvidas com ações de proteção territorial e articulação com o entorno, o acúmulo permitido em ano e meio de Projeto evidencia que todas as outras Terras Indígenas, em maior ou menor grau, também carecem de apoio neste sentido. Os relatórios de viagens de assessoria e de oficinas de gestão territorial e ambiental trouxeram essas demandas de todas as TIs.

O momento atual é de organizar reuniões com o BNDES para discutir tais demandas e analisar a viabilidade e a capacidade do Projeto atender essas demandas, para territórios que não estavam inicialmente previstos. Aos poucos, no entanto, isso já vem sendo feito, através por exemplo da revisão dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das TIs e o debate coletivo sobre formas de organização e incidência. A articulação com o entorno também se expandiu para outras Terras além da TI da Praia do Carapanã e Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, estando presente na TI Katukina/Kaxinawa e nas TIs no Jordão (acima citadas), em boa parte graças a projetos paralelos ao “Experiencias Indígenas”.

DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO PROJETO NA INTERNET

Informar a seguir o(s) link(s) no sítio eletrônico ocupado pelo beneficiário na INTERNET, com informações atualizadas sobre as atividades previstas no projeto e seu estágio de implementação.

Link(s):

Intercâmbio entre agentes ambientais e agentes agroflorestais indígenas no CFPF

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/11/18/intercambio-entre-agentes-ambientais-e-agentes-agroflorestais-indigenas-no-cfpf/>

Artes e Ofício: Agentes Agroflorestais Indígenas trazem em suas telas os Espíritos da Floresta

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/11/06/artes-e-oficio-agentes-agroflorestais-indigenas-trazem-em-suas-telas-os-espiritos-da-floresta/>

Indígenas da TI Katukina/Kaxinawá monitoram implementação de PGTA

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/10/30/indigenas-da-ti-katukina-kaxinawa-monitoram-implementacao-de-pgta/>

Docência no XXVI Curso de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas: novas janelas de conhecimento

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/10/29/docencia-no-xxvi-curso-de-formacao-de-agentes-agroflorestais-indigenas-novas-janelas-de-conhecimento/>

Sistemas de captação de chuva são instalados na TI Igarapé do Caucho

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/10/18/sistemas-de-captacao-de-chuva-sao-instalados-na-ti-igarape-do-caucho/>

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre participam do XXVI Curso de Formação

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/10/17/agentes-agroflorestais-indigenas-do-acre-participam-do-xxvi-curso-de-formacao/>

Agentes Agroflorestais Indígenas trocam saberes com estudantes e professores não indígenas no Centro de...

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/06/05/agentes-agroflorestais-indigenas-trocam-saberes-com-estudantes-e-professores-nao-indigenas-no-centro-de-formacao-dos-povos-da-floresta/>

Produção alimentar indígena é destaque na Caravana da Agroecologia que encerra neste sábado no Centro de Formação dos Povos da Floresta

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/06/14/producao-alimentar-indigena-e-destaque-nas-caravanas-da-agroecologia-que-encerra-neste-sabado-no-centro-de-formacao-dos-povos-da-floresta/>

Semana de mobilização e articulação indígena

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/05/29/semana-e-mobilizacao-e-articulacao-indigena/>

Matéria publicada originalmente na coluna Papo de Índio do Jornal Pagina 20

Retrospectiva, presente e futuro: o Projeto Experiências Indígenas de Gestão Territorial e Ambiental no Acre

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/05/14/retrospectiva-presente-e-futuro-o-projeto-experiencias-indigenas-de-gestao-territorial-e-ambiental-no-acre/>

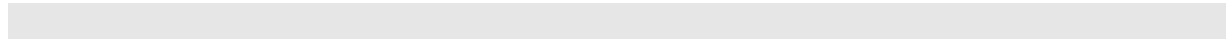
AAFIs ministram oficina de práticas produtivas para extrativistas

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/04/18/aafis-ministram-oficina-de-praticas-produtivas-para-extrativistas/>

Indigenismo: 40 anos de experiências e ainda muitos desafios

Matéria publicada originalmente na coluna Papo de Índio do Jornal Pagina 20

<http://cpiacre.org.br/conteudo/2019/04/15/indigenismo-40-anos-de-experiencias-e-ainda-muitos-desafios/>



DEPOIMENTOS SOBRE O PROJETO

Abaixo, um trecho que ilustra as discussões sobre o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Carapanã:

Sou Amiraldo Sereno Yake Huni Kuĩ. Eu trabalho como agente agroflorestal nessa comunidade e sou secretário da organização AMAAIAC. No momento a gente está fazendo essa atividade de assessoria; com um tema sobre o plano de gestão da Terra Indígena Praia do Carapanã. Quando eu cheguei aqui só tinha quatro aldeias fundadas e agora temos 11 aldeias nessa Terra Indígena. tem 700 e poucos habitantes nessas 11 aldeias. É uma preocupação que a gente tem porque, com o aumento da população, começamos trabalhar nessa TI com o manejo dos recursos naturais desde a flora e a fauna. Antes a gente usava caçada de cachorro, pesca de tinguí, fazia caçada a curso. Por exemplo, “topava” com um bando de guariba e o caçador queria matar tudo. A gente não tinha essa consciência de pensar no futuro da nova geração. Percebemos que as caças como anta, mutum, macaco preto, fica muito distante e sabemos que caçada de cachorro vai afastar os animais da aldeia. Com isso chegou o plano gestão pra nós e as lideranças junto com as comunidades, fizeram esse acordo de uso dos recursos naturais.

Hoje temos um shubuã, para dar exemplo, de dois em dois anos temos que cobrir o shubuã e foram mil e poucas palhas que cobrimos ele. Se a cada dois anos vai tirando a palha, embora que não está acabando, vai ficar distante a palheira se não fizer o manejo. Porque hoje a gente não pode mais mudar de lugar, mudar a aldeia onde foi fundada. Antigamente a palha estava ficando pouca, a lenha mais difícil, as madeiras para fazer a casa, quando estava ficando pouco a gente mudava, mas no momento não.

No momento que cheguei aqui, fui caçar nesse igarapé principal, em frente onde mora o Francisco [ribeirinho], tem uma terra firme. Caiu um pau grosso, debaixo desse pau achei cerâmica de barro, um pedaço. Há quantos anos moravam ali os parentes? Ninguém nem sabe. Lá nem capoeira não é mais, já é mata virgem.

A caçada de cachorro é pra matar paca, cutia, às vezes, ao redor do nosso roçado. A palmeira não é pra derrubar, só para tirar os frutos porque se você começa derrubar, acaba. Onde você reflorestou, aumentam a produção de frutos. Com isso os animais chegam mais perto. Tenho trabalhado em cima disso, quando chegamos desse lado [do rio] era só capoeira, tinham derrubado toda palmeira, não tinha mais caça, era só embiara. E agora tem caça. Meu genro foi caçar e chegou antes das 10 horas da manhã com um porquinho. No tempo que cheguei aqui a gente andava quatro horas de viagem pra poder matar caça grande.

Outro exemplo: aqui não temos lago perto, temos muito lago aqui pra cima, é grande a distância e se não tem combustível, fica ruim pra gente. Com essa dificuldade o governo viu nosso plano de gestão e apoiou um pouco. Trouxe máquina pra fazer açude em três aldeias.

Temos nossa área de refúgio de algumas caças. No Igarapé do Minas no ponto da capoeira, fazemos o manejo de dois anos para não matar jacu, quati-puru, pra não mexer com veado e nambu galinha, pra que essa caças cheguem mais perto [de casa]. E no manejo matamos só tatu, cutia, paca, aqueles animais que tem mais. O que tem menos a gente faz o manejo, então com isso nós temos área de refúgio, deixamos lá no fundo que é uma área que a gente não precisa pra caçar. Lá eles aumentam mais caça para vir pra cá, mais pra perto. É difícil a gente ir caçar de dormida, já fiz duas vezes indo até a Colocação Queimada pra ver as pessoas [invasores]. Fui fazendo vigilância para ver onde está essa invasão; as pessoas que moram do outro lado [do rio] as vezes eles entram e na hora que estão entrando, falam que vão caçar no lado deles. Só que lá na frente, eles caçam na nossa área. Deixam rastro, o jirau da espera do barreiro.

Alguns projetos que estamos acertando é vendo o plano de gestão e assim começam a dar esse apoio. E muito bom que vocês moradores do entorno estão aqui, não são muitos, mas queria que o Chico sentasse e repassasse para os outros, o Zé também. Queria agradecer a vinda de vocês, dar essa informação e queria que ficasse bem claro como é o nosso trabalho na TI. Muita gente do entorno vem e fala que tem muita caça aqui. Outro dia chegou um vizinho do Santa Luzia, atravessou um boi desse lado e ele veio aqui procurar. Era bagunça de tanto porquinho! Ele falou: rapaz acho que vocês não gostam de comer porco. Falei: não, nós estamos manejando para nossos filhos e netos. Hoje a comunidade começou a entender e tem professor, liderança, agente de saúde, AISAN toda a comunidade de acordo e com entendimento desse plano de gestão; dificuldades e avanços. Se tem dificuldade, é como a Paulinha falou, é porque não foi entendido e precisamos conversar mais.

AAFI Amiraldo Sereno

Como vamos manejar a Terra? O plano de gestão é o trabalho de manejo da nossa Terra e sobre a preservação dos animais, das plantas e a melhoria das nossas vidas. Devemos nos reunir na comunidade, com os parentes para compartilhar o plano de gestão e a preservação dos nossos recursos. Teve um tempo que estava mais difícil caçar e agora melhorou por conta do plano de gestão. Melhorou trabalhar o reflorestamento junto com o nosso povo. O plano de gestão foi publicado em 2014, com uma oficina da CPI-Acre com a Paula e o Frank. Agora em 2019, nós vemos uma diferença muito grande, principalmente na questão alimentar. A caça que antes estava distante, agora está mais perto da nossa casa.

Com o apoio da liderança, a gente decidiu fortalecer cada vez mais nosso plano de gestão, discutimos a derrubada das nossas florestas. A derrubada da madeira diminuiu muito e isso é outra mudança no plano de gestão de 2014 para 2019. Estamos fortalecendo cada vez mais na nossa cultura e a gente vem pesquisando a melhor forma de viver do nosso povo, o intercâmbio que a gente está fazendo também é parte do plano de gestão.

Um exemplo é a conservação do tracajá, antes não víamos muito e agora vimos cerca de 5 ou 6 tracajás perto da gente. Nós Nukini estamos cumprindo o nosso plano de gestão e cuidando da floresta. O plano de gestão é um acordo da comunidade sobre o uso dos recursos naturais, da flora e da fauna. Nós falamos que desde a nossa origem, a gente já trabalha com o plano de gestão. Hoje com a nossa Terra Indígena demarcada, usamos o plano de gestão pra mostrar para o governo, como a gente usa o recurso nas aldeias pra fazer nosso trabalho. Isso envolve todos da comunidade, as lideranças, os alunos, todos estão de acordo e todos fazem sua parte. Antes a gente derrubava o açai, tirávamos tudo. Na fauna a gente caçava com o cachorro, hoje a gente usa outras técnicas. Quando eu estava no Centro de Formação dos Povos da Floresta conversamos muito sobre o plano de gestão territorial de cada comunidade.

AAFI em intercâmbio Cleir Muniz Nukini

(viagem de assessoria a TI Kaxinawa da Praia do Carapanã)

Com essas bicas do cano [sistemas de captação de água da chuva] vai melhorar cada vez mais. Onde está feita as bicas é nas casas de alumínio e vai servir pra beber, pra tomar banho, cozinhar, lavar roupa, tudo isso vai melhorar cada vez mais.

No inverno tem muito problema de falta de energia. Quando prepara pra chover já falta energia. Quando não tá chovendo também falta sempre e fica aquele problema...

Esse sistema pra mim eu tô achando que vai melhorar mais. Porque ali vai ajudar bastante de eu não ter que ir pegar água lá embaixo e as outras famílias também que moram mais pra trás, vai ajudar bastante que ela [a dona da casa] vai poder fazer as coisas dela mais perto, sem ser preciso descer a terra com aquela barrigona [estava grávida].

Ontem mesmo eu já tava sem água em casa, porque eu tô acompanhando a atividade da oficina desde o início e não tive como eu pegar água. Porque o meu mergulhão tá queimado e não deu de descer pra buscar água. Mas aí a água da chuva [que o sistema coletou] já ajudou. O que foi que eu fiz: o telhado já ficou limpo com o sereno. Eu encanei uma mangueira e puxei pra outra caixa no banheiro e foi perfeito. Nem foi preciso usar a torneira. Já me ajudou bastante, com essa água da chuva eu já lavei as coisas e vim pro trabalho. A água tava bem limpinha. Minha filha chegou eu falei pra ela. E ela tem duas crianças e ela precisa demais e ela vai usar também. E ela disse “mãe, ficou muito bom demais!”

Ivane de Souza Silva, agente de saúde e dona de casa, aldeia Tamandaré

A água é como a senhora viu: o igarapé não é água muito boa pra gente beber. A gente também tem uma cacimba mas não é tão limpa. Mas nós bebemos sempre, porque não tem de onde nós beber mais... No verão dá mais trabalho porque as folhas ficam podres no igarapé e fica fedendo. No inverno a dificuldade da água é porque todo o lixo vai pra dentro da cacimba... Porque aqui eles criam gado e às vezes o boi caga, mijá e escorre pra dentro da cacimba. Fica suja por causa dos animais... E [quando chove] fica um lameiro, fica liso, é uma dificuldade pra carregar água. É lama lama! E pra lavar roupa, passa de dois três dias porque não tem como a gente lavar. A gente lava na bacia, passa água, mas não limpa! Porque pra lavar roupa, tem de esfregar, tem que escovar, e não tem como você botar uma tábua que fica tudo alagado. Não tem como lavar uma roupa que preste. É ruim por isso!

Se passa o dia chovendo eu já vou enchendo o balde de beber que tem uns 80 litros... Aí vou coando e bota cloro e a gente bebe. Quando chove espera cair a primeira água pra tirar a sujeira do alumínio. E quando tira a sujeira, com uns 5, 10 minutos de chuva começa a aparar pra beber. E também pra fazer comida, que as vezes a água da chuva é mais limpa. Só não lava roupa nem lava louça porque a gente regra o máximo para beber. A vida da gente na Terra Indígena, a gente trabalha muito e tem dificuldade com água, tem dificuldade com luz...

Mas agora já veio essa caixa [sistema de captação de água pluvial] para aparar e creio que a vida vai melhorar um pouco, e se deus quiser vai ter uma água mais limpa. O liderança sabe a dificuldade que nós passamos pra assentar esse projeto na nossa casa e eu fico agradecida. Nem todas as pessoas vão ganhar o que eu estou ganhando e muitas pessoas passam a mesma dificuldade. Tem gente que bebe até água do rio e nós graças a deus nunca bebemos água do rio.

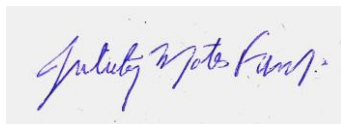
Se essa caixa encher e funcionar vai ser um alívio pra gente. Vai ter água limpa beber, pra fazer a comida dos nossos filhos... Por mais que o igarapé é limpo não é tratado como é da caixa. E a caixa é maior e rende mais. Passa uma semana, 4, 5 dias sem chover, mas a caixa pega muito mais água. Mesmo no verão se passar uns 10 dias sem chover, ainda vai juntar água suficiente que seja pra gente beber. Que no verão ninguém vai usar a água pra lavar a louça. É pra comida e pra beber. E no inverno vai até dar pra lavar roupa dentro de casa.

Maria de Nazaré da Silva Amorim Kaxinawa, dona de casa, Aldeia Caucho

Essa forma de planejamento da atividade com a equipe da CPI é importante. Porque sempre realizamos nossa vigilância sem recursos, com pouco combustível, e sem um planejamento com as instituições parceiras. Por isso, não conseguimos fazer com frequência. A gente vê a oportunidade agora de proteger nossa Terra com mais força, principalmente devido às invasões temos que estar com os olhos abertos 24 horas, porque nossa Terra é pequena e não podemos parar. Por isso a gente faz a vigilância com ou sem ajuda. O Projeto [Experiências Indígenas] com a ação de vigilância vai nos ajudar muito a proteger nossa Terra.

Fernando Henrique Kaxinawá – Aldeia Vida Nova

Os representantes legais da declarante estão cientes de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais cabíveis, de natureza civil e penal.

A rectangular box containing a handwritten signature in blue ink. The signature is cursive and appears to read 'Julieta Matos Freschi'.

JULIETA MATOS FRESCHI
Coordenação de Projeto